

I

Do Controle Social ao Autocontrole

O que tem a organização da sociedade sob a forma de "Estados", o que têm a monopolização e a centralização de impostos e da força física num vasto território, a ver com a "civilização"?

O estudioso do processo civilizador enfrenta um enorme emaranhado de problemas. Para mencionar alguns dos mais importantes, temos, em primeiro lugar, a questão mais geral. Vimos — e as citações no primeiro volume serviram para ilustrar este ponto com exemplos específicos — que o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção, muito específica. Mas, evidentemente, pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa "civilização", pretendendo efetivá-la gradualmente através de medidas conscientes, "racionais", deliberadas. Claro que "civilização" não é, nem o é a racionalização, um produto da "ratio" humana ou o resultado de um planejamento calculado a longo prazo. Como seria concebível que a "racionalização" gradual pudesse fundamentar-se num comportamento e planejamento "racionais" que a ela préexistissem desde vários séculos? Podemos realmente imaginar que o processo civilizador tenha sido posto em movimento por pessoas dotadas de uma tal perspectiva a longo prazo, de um tal controle específico de todos os afetos de curto prazo, já que essa perspectiva a longo prazo e esse autodomínio pressupõem um longo processo civilizador?

Na verdade, nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada "racionalmente", através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos. A coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem. Mostramos como o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole, que as atividades humanas mais animais são progressivamente

proc
civilizad
tem
diret

não
intencional
cont
intencional

excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. Isso tudo certamente não resulta de uma idéia central concebida há séculos por pessoas isoladas, e depois implantada em sucessivas gerações como a finalidade da ação e do estado desejados, até se concretizar por inteiro nos "séculos de progresso". Ainda assim, embora não fosse planejada e intencional, essa transformação não constitui uma mera sequência de mudanças caóticas e não-estruturadas.

O que aqui se coloca no tocante ao processo civilizador nada mais é do que o problema geral da mudança histórica. Tomada como um todo, essa mudança não foi "racionalmente" planejada, mas tampouco se reduziu ao aparecimento e desaparecimento aleatórios de modelos desordenados. Como teria sido isso possível? Como pode acontecer que surjam no mundo humano formações sociais que nenhum ser isolado planejou e que, ainda assim, são tudo menos formações de nuvens, sem estabilidade ou estrutura?

O estudo precedente, em especial as partes dedicadas aos problemas da dinâmica social, tentou dar uma resposta a essas perguntas. E ela é muito simples: planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem sui generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem¹²⁹. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador.

Essa ordem nem é "racional" — se por "racional" entendemos que ela resultaria intencionalmente da deliberação e do propósito de pessoas isoladas —, nem "irracional" — se por "irracional" queremos dizer que tenha surgido de maneira incompreensível. Ela às vezes foi identificada com a ordem da "Natureza"; Hegel e alguns outros interpretaram-na como um tipo de "Espírito" supra-individual, e o conceito hegeliano de "astúcia da razão" mostra o quanto o filósofo se preocupava com o fato de que o planejamento e ações humanas dão origem a numerosas coisas que ninguém realmente pretendeu. Os hábitos mentais que tendem a nos prender a pares de opostos, como "racional" e "irracional" ou "espírito" e "natureza", aqui se mostram inadequados. Neste particular, também, a realidade não é construída exatamente como o aparato conceitual de um dado padrão gostaria que acreditássemos, quaisquer que tenham sido os serviços valiosos que em seu tempo nos tenha prestado como bússola a nos orientar em meio a um mundo desconhecido. As regularidades imanentes às configurações sociais não são idênticas às regularidades da "mente", do raciocínio individual, nem às regularidades do que chamamos de "natureza", mesmo que, funcionalmente, todas essas diferentes dimensões da realidade estejam indissoluvelmente ligadas entre si. Em si mesma, contudo, essa afirmação genérica sobre a autonomia relativa das configurações sociais pouco contribui para compreendê-las; permanece vazia e ambígua, a menos que a dinâmica

concreta do entrelaçamento social seja diretamente ilustrada com referência a mudanças específicas e empiricamente demonstráveis. Esta foi precisamente uma das tarefas a que nos dedicamos na Parte Um deste volume. Tentamos nela demonstrar que tipo de interligação, de dependência mútua entre pessoas, põe em movimento, por exemplo, processos de feudalização. Mostramos que a compulsão de situações competitivas levou certo número de senhores feudais ao conflito, que o círculo de competidores foi lentamente reduzido, que tal fato levou ao monopólio de um deles, e finalmente — em combinação com outros mecanismos de integração, como os processos cada vez mais intensos de formação de capital e diferenciação funcional — culminou na formação do Estado absolutista. Toda essa reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos "civilizados". A conexão entre essas mudanças específicas na estrutura das relações humanas e as modificações correspondentes na estrutura da personalidade tornará a ser discutida adiante. O estudo desses mecanismos de integração, porém, também é relevante, de modo mais geral, para a compreensão do processo civilizador. Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento¹³⁰, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente. E só então, por conseguinte, poderemos entender que a mudança psicológica que a civilização implica esteja sujeita a uma ordem e direção muito específicas, embora não tivessem estas sido planejadas por pessoas isoladas, nem produzidas por medidas "razoáveis", propositais. A civilização não é "razoável", nem "racional",¹³¹ como também não é "irracional". É posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver. Mas não é absolutamente impossível que possamos extrair dela alguma coisa mais "razoável", alguma coisa que funcione melhor em termos de nossas necessidades e objetivos. Porque é precisamente em combinação com o processo civilizador que a dinâmica cega dos homens, entremisturando-se em seus atos e objetivos, gradualmente leva a um campo de ação mais vasto para a intervenção planejada nas estruturas social e individual — intervenção esta baseada num conhecimento cada vez maior da dinâmica não-planejada dessas estruturas.

Mas que mudanças específicas na maneira como as pessoas se prendem umas às outras lhes modelam a personalidade de uma maneira "civilizadora"? A resposta mais geral a essa pergunta, uma resposta baseada no que antes dissemos sobre as mudanças ocorridas na sociedade ocidental, é bastante simples. Do período mais remoto da história do Ocidente até os nossos dias, as funções sociais, sob pressão da competição, tornaram-se cada vez mais diferenciadas. Quanto mais diferenciadas elas se tornavam, mais crescia o número de funções

e, assim, de pessoas das quais o indivíduo constantemente dependia em todas suas ações, desde as simples e comuns até as complexas e raras. À medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que se organizar de forma sempre mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social. O indivíduo era compelido a regular a conduta de maneira mais diferenciada, uniforme e estável. O fato de que isso não exija apenas uma regulação consciente já foi salientado. O fato seguinte foi característico das mudanças psicológicas ocorridas no curso da civilização: o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse. A teia de ações tornou-se tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se "corretamente" dentro dela ficou tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido. Esse mecanismo visava a prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável mediante uma muralha de medos profundamente arraigados, mas, precisamente porque operava cegamente e pelo hábito, ele, com frequência, indiretamente produzia colisões com a realidade social. Mas fosse consciente ou inconscientemente, a direção dessa transformação da conduta, sob a forma de uma regulação crescentemente diferenciada de impulsos, era determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência nas quais, direta ou indiretamente, cada impulso, cada ação do indivíduo tornavam-se integrados.

Uma maneira simples de descrever a diferença entre a integração do indivíduo em uma sociedade complexa e em outra menos complexa consiste em pensar em seus diferentes sistemas rodoviários. Estes, em certo sentido, constituem funções espaciais de uma integração social que, em sua totalidade, não se pode expressar simplesmente em conceitos derivados do *continuum* quadrimensional. Pensemos nas estradas interioranas de uma sociedade simples de guerreiros, com uma economia de troca, sem calçamento, expostas ao vento e à chuva. Com raras exceções, há pouco tráfego; o principal perigo é um ataque de soldados ou salteadores. Quando as pessoas olham em volta, para as árvores, morros ou a própria estrada, fazem isso principalmente porque precisam estar sempre preparadas para um ataque armado, e apenas secundariamente porque têm que evitar colisões. A vida nas estradas principais dessa sociedade exige uma prontidão constante para a luta, e dá livre rédea às emoções, em defesa da vida ou das posses contra o ataque físico. Já o tráfego nas ruas principais de uma grande cidade na sociedade complexa de nosso tempo exige uma modelação inteiramente diferente do mecanismo psicológico. Neste caso, é mínimo o perigo de ataque físico. Carros correm em todas as direções, e pedestres e ciclistas tentam costurar seu caminho através da *mêlée* de veículos; nos principais cruzamentos, guardas tentam dirigir o tráfego, com variável grau de sucesso. Esse controle externo, porém, baseia-se na suposição de que todos os indivíduos estão regulando seu comportamento com a maior exatidão, de acordo com as necessidades dessa rede.

O principal perigo que uma pessoa representa para a outra nessa agitação toda é o de perder o autocontrole. Uma regulação constante e altamente diferenciada do próprio comportamento é necessária para o indivíduo seguir seu caminho pelo tráfego. Se a tensão desse autocontrole constante torna-se grande demais para ele, isso é suficiente para colocar os demais em perigo mortal.

Trata-se, é claro, apenas de uma imagem. O tecido de cadeia de ações em que se inclui cada ato individual nessa complexa sociedade é muito mais complicado, e bem mais intrincado o autocontrole ao qual ele está acostumado desde a infância, do que aparece neste exemplo. Mas este dá pelo menos uma idéia de como a grande pressão formativa sobre a constituição do homem "civilizado", seu autocontrole constante e diferenciado, vincula-se à crescente diferenciação e estabilização das funções sociais e à multiplicidade e variedade cada vez maiores de atividades que ininterruptamente têm que se sincronizar.

O modelo de autocontrole, o gabarito pelo qual são moldadas as paixões, certamente varia muito de acordo com a função e a posição do indivíduo nessa cadeia, e há mesmo hoje, em diferentes setores do mundo ocidental, variações de intensidade e estabilidade no aparelho de autocontrole que parecem, à primeira vista, muito grandes. Neste ponto, surge um bom número de perguntas específicas, e o método sociogenético pode nos dar acesso às suas respostas. Mas quando comparadas com a constituição psicológica de pessoas em sociedades menos complexas, essas diferenças e gradações presentes nas sociedades mais complexas tornam-se menos importantes, e a principal linha de transformação, que é o principal interesse deste estudo, emerge com nitidez: tornando-se o tecido social mais intrincado, o aparato sociogênico de autocontrole individual torna-se também mais diferenciado, complexo e estável.

A diferenciação em marcha das funções sociais, porém, é apenas a primeira e mais geral dentre as transformações que observamos ao estudar a mudança na constituição psicológica conhecida como "civilização". Lado a lado com a divisão de funções em andamento, ocorre a total reorganização do tecido social. Mostramos antes em detalhe por que, quando a divisão de funções é baixa, os órgãos centrais de sociedades de certo tamanho são relativamente instáveis e propensos à desintegração. E mostramos também como, através de pressões específicas de configurações humanas, as tendências centrífugas, os mecanismos da feudalização lentamente vão sendo neutralizados e, passo a passo, uma organização central mais estável, uma monopolização mais firme da força física, são estabelecidos. A estabilidade peculiar do aparato de autocontrole mental que emerge como traço decisivo, embutido nos hábitos de todo ser humano "civilizado", mantém a relação mais estreita possível com a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. Só com a formação desse tipo relativamente estável de monopólios é que as sociedades adquirem realmente essas características, em decorrência das quais os indivíduos que as compõem sintonizam-se, desde a infância, com um padrão altamente regulado e diferenciado de autocontrole; só em combinação com tais monopólios é que esse tipo de autolimitação requer um grau mais elevado de automatismo, e se torna, por assim dizer, uma "segunda natureza".

Ao se formar um monopólio de força, eriam-se espaços sociais pacificados, que normalmente estão livres de atos de violência. As pressões que atuam sobre as pessoas nesses espaços são diferentes das que existiam antes. Formas de violência não-física que sempre existiram, mas que até então sempre estiveram misturadas ou fundidas com a força física, são agora separadas destas últimas. Persistem, mas de forma modificada, nas sociedades mais pacificadas. São mais visíveis, no que interessa ao pensamento padrão de nosso tempo, como tipos de violência econômica. Na realidade, contudo, há um conjunto inteiro de meios cuja monopolização permite ao homem, como grupo ou indivíduo, impor sua vontade aos demais. A monopolização dos meios de produção, dos meios "econômicos", é uma das poucas que se destacam quando os meios de violência física se tornam monopolizados, quando, em outras palavras, na sociedade mais pacificada do Estado, o livre uso da força física por aqueles que são fisicamente mais fortes deixa de ser permitido.

De modo geral, a direção em que o comportamento e a constituição afetiva das pessoas mudam, quando a estrutura dos relacionamentos humanos é transformada da maneira acima descrita, é a seguinte: as sociedades sem um monopólio estável da força são sempre aquelas em que a divisão de funções é relativamente pequena, e relativamente curtas as cadeias de ações que ligam os indivíduos entre si. Reciprocamente, as sociedades com monopólios mais estáveis da força, que sempre começam encarnadas numa grande corte de príncipes ou reis, são aquelas em que a divisão de funções está mais ou menos avançada, nas quais as cadeias de ações que ligam os indivíduos são mais longas e maior a dependência funcional entre as pessoas. Nelas o indivíduo é protegido principalmente contra ataques súbitos, contra a irrupção de violência física em sua vida. Mas, ao mesmo tempo, é forçado a reprimir em si mesmo qualquer impulso emocional para atacar fisicamente outra pessoa. As demais formas de compulsão que, nesse momento, prevalecem nos espaços sociais pacificados modelam na mesma direção a conduta e os impulsos afetivos do indivíduo. Quanto mais apertada se torna a teia de interdependência em que o indivíduo está emaranhado, com o aumento da divisão de funções, maiores são os espaços sociais por onde se estende essa rede, integrando-se em unidades funcionais ou institucionais — mais ameaçada se torna a existência social do indivíduo que dá expressão a impulsos e emoções espontâneas, e maior a vantagem social daqueles capazes de moderar suas paixões; mais fortemente é cada indivíduo controlado, desde a tenra idade, para levar em conta os efeitos de suas próprias ações ou de outras pessoas sobre uma série inteira de elos na cadeia social. A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito — todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança "civilizadora" do comportamento.

A transformação da nobreza, de uma classe de cavaleiros em uma de cortesãos, constitui um exemplo disso. Na esfera anterior, na qual a violência era um fato

inescapável e de ocorrência diária, e as cadeias de dependência do indivíduo tinham pequena extensão, até mesmo porque ele subsistia principalmente da produção de sua própria terra, a intensa e constante moderação das pulsões e afetos não era necessária, possível nem útil. A vida dos próprios guerreiros, mas também a de outros que viviam em uma sociedade que possuía uma classe superior guerreira, era contínua e diretamente ameaçada por atos de violência física. Comparada com a vida em zonas mais pacificadas, ela oscilava entre extremos: permitia ao guerreiro extraordinária liberdade para dar forma concreta a seus sentimentos e paixões, à alegria selvagem, a uma satisfação sem limites do prazer à custa das mulheres que desejasse, ou ao ódio na destruição ou tortura de todos os que lhe fossem hostis. Mas, ao mesmo tempo, ela ameaçava o guerreiro, se fosse derrotado, com um grau extraordinário de exposição à violência e às paixões dos demais, com uma subjugação total, com formas extremas de tormento físico que mais tarde, quando a tortura física, a prisão e a humilhação total do indivíduo se convertem em monopólio da autoridade, dificilmente se encontram na vida normal. Com tal monopolização, a ameaça física ao indivíduo lentamente se despersonaliza. Ela não depende mais tão diretamente de afetos momentâneos, gradualmente se submete a regras e leis cada vez mais rigorosas e, finalmente, dentro de certos limites e com certas flutuações, a ameaça física quando as leis são infringidas torna-se menos severa.

A maior espontaneidade das pulsões e o grau mais alto de ameaça física que se encontram em todas as situações em que ainda inexistia um monopólio central forte e estável, são, conforme pôde ser visto, fenômenos complementares. Nessa estrutura social, o vitorioso tem maior possibilidade de dar livre rédea a suas pulsões e sentimentos, embora também seja maior a ameaça direta a um homem por parte dos sentimentos de outro, e mais presente a possibilidade de ilimitada subjugação e humilhação se um cair em poder de outro. Isso se aplicava não somente à relação entre um guerreiro e outro, para quem, no curso da monetarização e limitação da livre competição, um código de conduta moderando as paixões já estava sendo lentamente formado. Na sociedade em geral, o menor grau de restrição imposto aos senhores feudais configurava um contraste maior do que mais tarde, entre sua liberdade e a existência confinada de suas mulheres e a total exposição a seus caprichos a que estavam sujeitos naquela sociedade os dependentes, derrotados e servos.

À estrutura dessa sociedade, com sua polarização extrema, suas incertezas contínuas, corresponde a estrutura dos indivíduos que a formam e o modo como se comportam. Da mesma forma que nas relações inter-humanas o perigo surge mais bruscamente e a possibilidade de vitória ou liberação é mais repentina e incalculável, o indivíduo também se debate mais freqüente e diretamente entre o prazer e a dor. A função social do guerreiro livre dificilmente é construída de modo que os perigos possam ser previstos com grande antecipação, que os efeitos de determinadas ações possam ser examinados três ou quatro passos à frente, embora a sua função estivesse tomando esse rumo à medida que, na Idade Média, se centralizavam os exércitos. Mas, por enquanto, era o presente imediato que fornecia o impulso. Mudando a situação do momento, mudava também a

expressão dos sentimentos: se ela trazia prazer, este era saboreado sem ressalvas, sem cálculo ou reflexão sobre suas possíveis conseqüências no futuro. Se trazia perigo, prisão, derrota, estes também deviam ser suportados plenamente. A inquietação incurável, a proximidade eterna do perigo, toda a atmosfera dessa vida imprevisível e insegura, na qual havia no máximo pequenas e transitórias pausas de existência mais protegida, freqüentemente geravam, mesmo sem causas externas, mudanças súbitas do prazer mais exuberante para a mais profunda desolação e remorso. A personalidade, se podemos dizer isso, estava incomparavelmente mais pronta e acostumada a saltar com intensidade sem limites de um extremo para o outro; as mais leves impressões, as associações de idéias incontroláveis, com freqüência bastavam para induzir essas enormes oscilações.¹³²

A medida que mudava a estrutura das relações humanas, as organizações monopolistas de força física se desenvolviam e o indivíduo se resguardava do impacto das rixas e guerras constantes e passava a sofrer as compulsões mais permanentes de funções pacíficas baseadas na aquisição de dinheiro ou prestígio, a manifestação de sentimentos também foi gravitando, aos poucos, para uma linha intermediária. As oscilações no comportamento e nos sentimentos não desapareceram, mas se abrandaram. Os picos e vales se tornaram menores, e menos abruptas as mudanças.

Podemos ver com mais clareza o que está mudando de que seu oposto. Graças à formação de monopólios de força, a ameaça que um homem representa para outro fica sujeita a controle mais rigoroso e tornou-se mais calculável. A vida diária torna-se mais livre de reviravoltas súbitas da sorte. A violência física é confinada aos quartéis, de onde irrompe apenas em casos extremos, em tempos de guerra ou sublevação, penetrando na vida do indivíduo. Como monopólio de certos grupos de especialistas, ela é habitualmente excluída da vida dos demais. Esses especialistas, que constituem toda a organização monopolista da força, agora montam guarda apenas à margem da vida social, na medida em que controlam a conduta do indivíduo.

Mesmo sob essa forma, como organização de controle, porém, a violência física e a ameaça que dela emana exercem uma influência decisiva sobre os indivíduos, saibam eles disso ou não. Não é mais, contudo, a insegurança perpétua que ela trazia à vida do indivíduo, mas uma forma peculiar de segurança. Não mais o lança nas fortunas mutáveis da batalha, como vencedor ou derrotado, em meio a terríveis explosões de prazer ou terror. Uma pressão contínua, uniforme, se exerce sobre a vida individual pela violência física armazenada por trás das cenas da vida diária, uma pressão muito conhecida e quase despercebida, tendo a conduta e a paixões se ajustado desde tenra mocidade a essa estrutura social. Na verdade, foi todo o molde social, o código de conduta, que mudaram e, de acordo com as mudanças, não apenas esta ou aquela forma específica de conduta, mas todo o padrão, toda a estrutura da maneira como indivíduos pautam sua vida. A organização monopolista da violência física geralmente não controla o indivíduo por ameaça direta. Uma compulsão ou pressão altamente previsíveis, exercidas de grande variedade de maneiras, são constantemente aplicadas sobre

o indivíduo. Em grau considerável, elas operam tendo por meio as reflexões dele próprio. Essa compulsão, em geral, está presente apenas potencialmente na sociedade, como uma agência de controle. A compulsão real é a que o indivíduo exerce sobre si mesmo, seja como resultado do conhecimento das possíveis conseqüências de seus atos no jogo de atividades entrelaçadas, seja como resultado de gestos correspondentes de adultos que contribuam para lhe modelar o comportamento em criança. A monopolização da violência física, a concentração de armas e homens armados sob uma única autoridade, torna mais ou menos calculável o seu emprego e força os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão. Em outras palavras, isso impõe às pessoas um maior ou menor grau de autocontrole.

Não queremos com isso dizer que todas as formas de autocontrole estivessem inteiramente ausentes da sociedade guerreira medieval ou em outras que não dispunham de um monopólio complexo e estável de violência física. A agência do autocontrole individual, o superego, a consciência, ou o que quer que a chamemos, era instilada, imposta e mantida nessas sociedades guerreiras apenas em relação direta a atos de violência física, correspondendo sua forma a essa vida em seus maiores contrastes e transições mais abruptas. Comparada com a agência do autocontrole em sociedades mais pacificadas, ela era difusa, instável, uma mera barreira delgada a separar explosões emocionais de violência. Os medos que asseguravam a conduta socialmente "correta" não haviam sido ainda banidos, na mesma extensão, da consciência do indivíduo para sua chamada "vida interior". Uma vez que o perigo decisivo não provinha do fracasso ou relaxação do autocontrole, mas da direta ameaça física externa, o medo habitual assumia predominantemente a forma de medo de forças exteriores. E uma vez que esse medo era menos estável, o mecanismo de controle também era menos abrangente, mais unilateral ou parcial. Nessa sociedade, poderia ser instilado um autocontrole extremo para suportar a dor, mas ele seria complementado pelo que, medido por um padrão diferente, parece constituir uma forma de dar livre rédea às paixões na tortura de outras pessoas. Analogamente, em certos setores da sociedade medieval, encontramos formas extremas de misticismo, autodisciplina e renúncia, contrastando com uma entrega não menos extrema ao prazer em outras pessoas; com grande freqüência, assistimos a mudanças súbitas de uma atitude para outra, na vida do mesmo indivíduo. A restrição que nesse caso o indivíduo impunha a si mesmo, a luta contra a própria carne, não era menos intensa e unilateral, nem menos radical e apaixonada, do que sua contrapartida, a luta contra os demais e o máximo desfrute de prazeres.

O que se estabelece com a monopolização da violência física nos espaços sociais pacificados é um diferente tipo de autocontrole ou autolimitação. Um autocontrole mais desapassionado. A agência controladora que se forma como parte da estrutura da personalidade do indivíduo corresponde à agência controladora que se forma na sociedade em geral. A primeira, como a segunda, tende a impor uma regulação altamente diferenciada a todos os impulsos emocionais, à conduta do homem na sua totalidade. Ambas — cada uma delas mediada em

grande parte pela outra — exercem pressão constante, uniforme, para inibir explosões emocionais. Abrandam as flutuações extremas no comportamento e nas emoções. Assim como a monopolização da força física reduz o medo e o pavor que um homem sente de outro, mas, ao mesmo tempo, limita a possibilidade de causar terror, medo ou tormento em outros e, portanto, certas possibilidades de descarga emocional agradável, o constante autocontrole ao qual o indivíduo agora está cada vez mais acostumado procura reduzir os contrastes e mudanças súbitas de conduta e a carga afetiva de toda auto-expressão. As pressões que atuam sobre o indivíduo tendem a produzir uma transformação de toda a economia das paixões e afetos rumo a uma regulação mais contínua, estável e uniforme dos mesmos, em todas as áreas de conduta, em todos os setores de sua vida.

E é exatamente na mesma direção que operam as compulsões desarmadas, as restrições sem violência física direta, às quais o indivíduo está exposto nos espaços pacificados, e das quais as limitações econômicas constituem um exemplo. Elas, também, são menos carregadas de emoções, mais moderadas, estáveis e menos erráticas do que as impostas por uma pessoa a outra na sociedade guerreira antes de surgir o monopólio. Elas, também, corporificadas em todo o espectro das funções abertas ao indivíduo na sociedade, induzem a uma incessante visão retroativa e prospectiva que transcende o momento e corresponde às cadeias mais longas e complexas em que cada ato se vê automaticamente incluído. Exigem que o indivíduo controle incessantemente seus impulsos emocionais momentâneos, tendo em vista os efeitos a longo prazo do comportamento. Em comparação com o outro padrão, instilam um autocontrole mais uniforme, envolvendo toda a conduta, como se fosse um anel apertado e uma regulação mais firme das paixões, de acordo com as normas sociais. Além disso, como sempre, não são apenas as funções adultas que produzem imediatamente esse abrandamento de paixões e sentimentos. Em parte automaticamente, e até certo ponto através da conduta e dos hábitos, os adultos induzem modelos de comportamento correspondentes nas crianças. Desde o começo da mocidade, o indivíduo é treinado no autocontrole e no espírito de previsão dos resultados de seus atos, de que precisará para desempenhar funções adultas. Esse autocontrole é instilado tão profundamente desde essa tenra idade que, como se fosse uma estação de retransmissão de padrões sociais, desenvolve-se nele uma autosupervisão automática de paixões, um "superego" mais diferenciado e estável, e uma parte dos impulsos emocionais e inclinações afetivas sai por completo do alcance direto do nível de consciência.

Anteriormente, na sociedade guerreira, o indivíduo podia empregar violência física, se fosse forte e poderoso o suficiente; podia satisfazer abertamente suas inclinações em muitas direções que, mais tarde, foram fechadas por proibições sociais. Mas pagava, por essa maior oportunidade de prazer direto, com uma possibilidade maior de medo direto e claro. As concepções medievais do inferno, aliás, dão-nos uma idéia de como era forte esse medo que um homem inspirava em outro. Alegria e dor eram liberadas mais aberta e livremente. Mas o indivíduo tornava-se sua presa, jogado de um lado para o outro tanto por seus sentimentos quanto pelas forças da natureza. Tinha menos controle de suas paixões. Era mais controlado por elas.

Mais tarde, quando as correias transmissoras que corriam por sua existência se tornaram mais longas e complexas, ele aprendeu a controlar-se firmemente e se tornou menos prisioneiro que antes de suas paixões. Mas como agora ele estava mais limitado pela dependência funcional das atividades de um número sempre maior de pessoas, tornou-se também mais restringido na conduta, nas possibilidades de satisfazer diretamente seus anseios e paixões. A vida torna-se menos perigosa, mas também menos emocional ou agradável, pelo menos no que diz respeito à satisfação direta do prazer. Para tudo o que faltava na vida diária um substituto foi criado nos sonhos, nos livros, na pintura. De modo que, evoluindo para se tornar cortesã, a nobreza leu novelas de cavalaria; os burgueses assistem em filmes à violência e à paixão erótica. Os choques físicos, as guerras e as rixas diminuíram e tudo o que as lembrava, até mesmo o trinchamento de animais mortos e o uso de faca à mesa, foi banido da vista ou pelo menos submetido a regras sociais cada vez mais exatas. Mas, ao mesmo tempo, o campo de batalha foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo. Parte das tensões e paixões que antes eram liberadas diretamente na luta de um homem com outro terá agora que ser elaborada no interior do ser humano. As limitações mais pacíficas a ele impostas por suas relações com outros homens espelham-se dentro dele; um padrão individualizado de hábitos semi-automáticos se estabeleceu e consolidou nele, um "superego" específico que se esforça por controlar, transformar ou suprimir-lhe as emoções de conformidade com a estrutura social. Mas os impulsos, os sentimentos apaixonados que não podem mais manifestar-se diretamente nas relações entre pessoas freqüentemente lutam, não menos violentamente, dentro delas contra essa parte supervisora de si mesma. Essa luta semi-automática da pessoa consigo mesma nem sempre tem uma solução feliz, nem sempre a autotransformação requerida pela vida em sociedade leva a um novo equilíbrio entre satisfação e controle de emoções. Freqüentemente, fica sujeita a grandes ou pequenas perturbações —, à revolta de uma parte da pessoa contra a outra, ou a uma atrofia permanente — que torna o desempenho das funções sociais ainda mais difícil, se não impossível. As oscilações verticais, os saltos do medo à alegria, do prazer ao remorso, se reduzem, ao mesmo tempo que a fissura horizontal que corre de lado a outro da pessoa, a tensão entre o "superego" e o "inconsciente" — os anelos e desejos que não podem ser lembrados — aumentam.

Neste particular, também, as características básicas desses padrões de entrelaçamento, se lhes estudamos não só as estruturas, estáticas mas também a sociogênese, mostram-se relativamente simples. Através da interdependência de grupos maiores de pessoas e da exclusão da violência física em seus contatos, é estabelecido um mecanismo social, no qual as limitações entre elas são transformadas duradouramente em autolimitações. Essas autolimitações, que são função da visão retrospectiva e prospectiva instilada no indivíduo desde a infância, em conformidade com sua integração em extensas cadeias de ação, assumem em parte a forma de um autocontrole consciente e, em parte, a de um hábito automatizado. Tendem a uma moderação mais uniforme, a uma limitação mais contínua, a um controle mais exato das paixões e sentimentos, de acordo com o

anti
clo
substit
das
exp
conflito
social
intencional

padrão mais diferenciado de entrelaçamento social. Mas, dependendo da pressão interna, das condições da sociedade e da posição que nela ocupe o indivíduo, essas limitações produzem também tensões e perturbações peculiares na economia da conduta e das paixões. Em alguns casos, levam a uma inquietação e insatisfação perpétuas, exatamente porque a pessoa afetada só pode satisfazer uma parte de suas inclinações e impulsos em forma modificada, como, por exemplo, na fantasia, na qualidade de espectadora ou ouvinte, nos devaneios ou nos sonhos. Às vezes, o indivíduo se habitua a tal ponto a inibir suas emoções (os sentimentos constantes de tédio ou solidão constituem bons exemplos disso) que não é mais capaz de qualquer forma de expressão sem medo das suas emoções modificadas, ou de satisfação direta de suas pulsões reprimidas. Ramos particulares dessas pulsões são como que anestesiados, nesses casos, pela estrutura específica do contexto social em que cresce a criança. Sob a pressão dos perigos que sua manifestação provoca no espaço social da criança, elas passam a se cercar de medos automatizados, a tal ponto que o indivíduo pode permanecer surdo e insensível a vida toda. Em outros casos, certos ramos dos impulsos podem ser desviados de tal modo por sérios conflitos que a natureza bruta, afetiva e apaixonada que o pequeno ser humano inevitavelmente encontra no seu caminho para se moldar como ser "civilizado", que suas energias só podem ter uma liberação indesejada, através de rodeios, em ações compulsivas e outros sintomas de perturbação. Em outros casos, também, essas energias são transformadas de tal maneira que fluem para apegos e repulsões excêntricos, em predileções por esta ou aquela fantasia peculiar. Em todos esses casos, uma permanente inquietação interior, que parece não ter fundamento, mostra quanta energia emocional é represada numa forma que não permite satisfação real.

Até esse momento, o processo civilizador individual, tal como o social, segue em geral cegamente o seu curso. Sob o disfarce do que os adultos pensam e planejam, as relações que se formam entre eles e os jovens criam funções e efeitos na personalidade destes últimos que eles não pretendem e a que mal conhecem. Não planejados, nesse sentido, surgem aqueles resultados da modelagem social de indivíduos aos quais habitualmente chamamos de "anormais". As anormalidades psicológicas que não decorrem da modelação social, mas são causadas por traços hereditários inalteráveis, não precisam ser consideradas aqui. Mas a constituição psicológica que se mantém dentro da norma social e é subjetivamente mais satisfatória ocorre de maneira igualmente não planejada. Do mesmo molde social emergem seres humanos mais ou menos bem-estruturados, tanto os "bem-ajustados" como os "desajustados", num espectro muito amplo de variedades. As ansiedades automaticamente reproduzidas que, no caso de cada processo civilizador individual e em conexão com os conflitos que formam parte integral desse processo, ligam-se a pulsões específicas e afetam seus impulsos, levam às vezes a uma paralisia permanente e total desses impulsos e, em outras ocasiões, apenas a uma regulação moderada, dando espaço suficiente para sua plena satisfação. Nas atuais condições, do ponto de vista do indivíduo interessado, um resultado ou outro é mais uma questão de boa ou má sorte do que de qualquer planejamento. Em qualquer dos casos, é a teia de relações sociais em que vive

o indivíduo durante a fase mais impressionável, a infância e juventude, que se imprime em sua personalidade em formação, tendo sua contrapartida na relação entre suas instâncias controladoras, o superego e o ego, e os impulsos da libido. O equilíbrio resultante entre essas instâncias controladoras e as pulsões, em grande variedade de níveis, determina como a pessoa se orienta em suas relações com outras, em suma, determina aquilo que chamamos, segundo o gosto, de hábitos, complexos ou estrutura da personalidade. Não obstante, não há fim ao entrelaçamento, porque embora a autodeterminação da pessoa, maleável durante o início da infância, se solidifique e endureça à medida que cresce, ela nunca deixa inteiramente de ser afetada pelas relações mutáveis com outras durante toda a vida. A aprendizagem dos autocontroles, chame-se a eles de "razão", "consciência", "ego" ou "superego", e a conseqüente moderação dos impulsos e emoções mais animais, em suma, a civilização do ser humano jovem, jamais é um processo inteiramente indolor, e sempre deixa cicatrizes. Se a pessoa tem sorte — uma vez que ninguém, nem os pais, nem o médico, nem um conselheiro podem, no presente, dirigir esse processo na criança de acordo com um conhecimento claro do que é melhor para seu futuro, porque tudo é ainda na maior parte uma questão de sorte —, saram as feridas dos conflitos civilizadores incorridas na infância e as cicatrizes deixadas por eles não são muito profundas. Nos casos menos favoráveis, os conflitos inerentes ao processo de civilizar jovens seres humanos — conflitos com outros e conflitos dentro de si mesmos — permanecem sem solução ou, mais exatamente, embora sejam sepultados por algum tempo, retornam em situações que lembram as da infância. O sofrimento, transformado em forma adulta, volta repetidamente e os conflitos não-solucionados da pessoa na infância nunca deixam de perturbar seus relacionamentos adultos. Dessa maneira, os conflitos interpessoais de princípios da juventude, que modelaram a estrutura da personalidade, continuam a perturbar ou mesmo a destruir os relacionamentos de adultos com outras pessoas. As tensões resultantes podem assumir a forma ou de contradições entre diferentes automatismos de autocontrole, traços enterrados de recordações de antigas dependências e necessidades, ou de conflitos recorrentes entre as instâncias controladoras e os impulsos da libido. Nos casos mais felizes, por outro lado, as contradições entre diferentes seções e camadas das agências controladoras, especialmente da estrutura do superego, vão sendo lentamente reconciliadas, controlando-se os conflitos mais disruptivos entre essa estrutura e os impulsos da libido. Eles não só desaparecem da consciência de vigília, mas são tão integralmente assimilados que, sem um custo pesado demais em satisfação subjetiva, não mais se intrometem involuntariamente em relacionamentos interpessoais posteriores. No primeiro caso, o autocontrole consciente e inconsciente permanece sempre difuso em certas situações, estando sensível à eclosão de formas socialmente improdutivas de energia pulsional; no outro, esse autocontrole que, mesmo hoje, nas fases juvenis, parece-se mais com uma confusão de banquisas que se superpõem do que com um liso e firme lençol de gelo, lentamente se torna mais unificado e estável, numa correspondência positiva com a estrutura da sociedade. Mas uma vez que essa estrutura, exatamente em nossa época, é altamente mutável, ela exige uma

flexibilidade de hábitos e conduta que, na maior parte dos casos, tem que ser paga com a perda de estabilidade.

Teoricamente, por conseguinte, não é difícil dizer qual a diferença entre um processo civilizador individual considerado bem-sucedido e outro julgado mal-sucedido. No primeiro caso, depois de todas as dores e conflitos do processo, são finalmente estabelecidos um padrão de conduta bem-adaptado ao contexto das funções sociais adultas, um conjunto de hábitos de funcionamento satisfatório e simultaneamente — o que não é um resultado inevitável das duas primeiras condições — um balanço positivo de prazer. No segundo, ou o autocontrole socialmente necessário é repetidamente comprado a um alto custo de satisfação pessoal, por um grande esforço para superar energias opostas da libido, ou o controle dessas energias, a renúncia à sua satisfação, não se alcança em absoluto. Com grande frequência, nenhum balanço positivo de prazer, de qualquer tipo, é finalmente possível porque os comandos e proibições sociais são representados não só por outras pessoas, mas também pelo eu abalado, uma vez que uma parte proíbe e castiga o que a outra deseja.

Na realidade, o resultado do processo civilizador individual é claramente favorável ou desfavorável apenas em relativamente poucos casos, em cada extremidade da escala. A maioria das pessoas civilizadas vive um meio-termo entre os dois extremos. Aspectos socialmente positivos e negativos, tendências pessoalmente gratificantes e frustradoras, misturam-se nelas em proporções variáveis.

É muito difícil a modelação social de indivíduos de acordo com a estrutura do processo civilizador que hoje chamamos de Ocidente. A fim de ser razoavelmente bem-sucedida, ela requer, dada a estrutura da sociedade ocidental, uma diferenciação muito alta, uma regulação muito intensa e estável de paixões e sentimentos, de todas as pulsões humanas mais elementares. Por isso mesmo geralmente exige mais tempo, sobretudo nas classes média e alta, do que a modelagem social de indivíduos em sociedades menos complexas. A resistência à adaptação aos padrões que prevalecem na civilização, o esforço que essa adaptação, essa transformação profunda de toda a personalidade custa ao indivíduo, é sempre considerável. E só mais tarde, por conseguinte, do que em sociedades menos complexas é que o indivíduo no Mundo Ocidental adquire, com sua função social de adulto, a constituição psicológica do adulto, a emergência da qual assinala, via de regra, a conclusão do processo civilizador individual.

Mas, mesmo que nas sociedades mais diferenciadas do Ocidente a modelação do mecanismo de autodireção individual seja bastante extensa e intensa, processos que tendem na mesma direção, processos civilizadores sociais e individuais, certamente não ocorrem apenas nela. Eles são encontrados em todos os casos em que, sob o efeito de pressões competitivas, a divisão de funções torna grande número de pessoas dependentes umas das outras, em todos os casos em que a monopolização da força física permite e impõe uma cooperação menos carregada de emoção, em todos os casos em que se estabelecem funções que exigem constante visão retrospectiva e prospectiva na interpretação das ações e intenções

de outras pessoas. O que determina a natureza e grau desses surtos civilizadores é sempre a extensão das interdependências, o nível da divisão de funções e a estrutura interna das próprias funções.

II

Difusão da Pressão pela Previdência e Autocontrole

O que empresta ao processo civilizador no Ocidente seu caráter especial e excepcional é o fato de que, aqui, a divisão de funções atingiu um nível, os monopólios da força e tributação uma solidez, e a interdependência e a competição uma extensão, tanto em termos de espaço físico quanto do número de pessoas envolvidas, que não tiveram iguais na história mundial.

Até então, redes extensas de moeda ou comércio, com monopólios razoavelmente estáveis de força física em seus centros, haviam se desenvolvido quase exclusivamente ao longo de vias navegáveis, isto é, acima de tudo nas margens de rios e costas de oceanos. As grandes áreas do interior permaneciam mais ou menos no nível da economia de troca, isto é, as pessoas continuavam na maior parte autárquicas e eram curtas suas cadeias de interdependência, mesmo quando algumas artérias de comércio cruzavam as áreas e existiam alguns grandes mercados. Tendo a sociedade ocidental como ponto de partida, desenvolveu-se uma teia de interdependência que não só abrange os oceanos em maior extensão do que em qualquer tempo no passado, mas se estende às terras aráveis mais distantes do interior remoto. Correspondendo a tudo isso, surgiram a necessidade de sincronização da conduta humana em territórios mais amplos e a de um espírito de previsão no tocante a cadeias mais longas de ações como jamais haviam existido. Ocorreu ainda o fortalecimento do autocontrole e a permanência das compulsões — a inibição de paixões e o controle de pulsões — impostas pela vida no centro dessas redes. Uma das características que tornam muito clara essa conexão entre o tamanho e a pressão interna à rede de interdependência, por um lado, e a constituição psicológica do indivíduo, por outro, é o que chamamos de “ritmo”¹³³ de nosso tempo. Esse “ritmo” nada mais é que uma manifestação do grande número de cadeias entrelaçadas de interdependência, abrangendo todas as funções sociais que os indivíduos têm que desempenhar, e da pressão competitiva que satura essa rede densamente povoada e que afeta, direta ou indiretamente, cada ato isolado da pessoa. Esse ritmo pode revelar-se, no caso do funcionário ou empresário, na profusão de seus encontros marcados e reuniões e, no do operário, na sincronização e duração exatas de cada um de seus movimentos. Em ambos os casos, o ritmo é uma expressão do enorme número de ações interdependentes, da extensão e densidade das cadeias compostas de ações individuais, e da intensidade das lutas que mantêm em movimento toda essa rede interdependente. Em ambos os casos, uma função situada na junção de tantas cadeias de ação

fim, coloca na devida perspectiva o problema da "civilização". Se recuamos do presente para o passado, que padrões, que estrutura descobrimos nas sucessivas ondas desse movimento, se as olhamos não de nós para elas, mas delas para nós?

III

Diminuição dos Contrastes, Aumento da Variedade

O processo civilizador prossegue segundo uma longa seqüência de arrancos e recuos fortes. Repetidamente, um estrato marginal em ascensão ou uma unidade de sobrevivência em crescimento como um todo, uma tribo ou nação-estado, assume as funções e características de um sistema em relação a outros estratos marginais ou unidades de sobrevivência que, por sua parte, pressionam a partir de baixo, de sua posição de marginais oprimidos, contra o sistema corrente. E mais uma vez, à medida que o grupamento de pessoas que subiu e se firmou é seguido por um grupamento ainda mais amplo e numeroso que tenta emancipar-se da opressão, descobrimos que este último, se bem-sucedido, é forçado a assumir a posição do opressor tradicional. Pode muito bem vir um tempo em que os antigos grupos oprimidos, libertados da opressão, não se tornem, por sua vez, opressores: mas isto ainda não está à vista.

Há, naturalmente, muitos problemas não-resolvidos que são colocados por esta interpretação. No presente contexto, talvez seja suficiente chamar a atenção para o fato de que, de modo geral, os estratos inferiores, os grupos marginais e mais pobres, num dado estágio de desenvolvimento, tendem a seguir suas paixões e sentimentos de forma mais direta e espontânea, regulando-se sua conduta menos rigorosamente que a dos respectivos estratos superiores. As compulsões que operam nos estratos inferiores são predominantemente de natureza direta, física, — a ameaça de dor física ou a aniquilação pela espada, pobreza, ou fome. Esse tipo de pressão, contudo, não induz uma transformação estável das limitações, de limitações que vêm de fora através do outro, em limitações assumidas de dentro ou "auto-limitações". O camponês medieval que passa sem carne porque é pobre demais, porque a carne é reservada para a mesa do senhor, isto é, que está exclusivamente sob uma limitação física, procurará satisfazer seu desejo de comer carne em todos os casos em que o puder sem correr um perigo externo, ao contrário dos fundadores de ordens religiosas dos estratos superiores, que se negam o prazer de comer carne em consideração pelo além e por um senso, que assumiram, de que isso é pecado. O indivíduo miserável que trabalha para outros sob ameaça constante de passar fome, ou que cumpre uma pena de prisão com trabalhos forçados, deixará de trabalhar tão logo cesse a ameaça da força externa, ao contrário do mercador rico que continua a trabalhar, embora tenha provavelmente mais do que o suficiente para viver no ócio. É compelido a fazê-lo não por simples necessidade, mas pressionado pela competição por poder e prestígio,

porque sua profissão, seu *status* elevado, fornecem o significado e a justificação de sua vida. No seu caso, o constante autocontrole tornou o trabalho um hábito tão forte que o equilíbrio de sua personalidade estará ameaçado se deixar de trabalhar.

Constitui uma das peculiaridades da sociedade ocidental que, no curso de seu desenvolvimento, tenha-se reduzido muito esse contraste entre a situação e o código de conduta dos estratos mais altos e mais baixos. As características das classes baixas difundem-se por todas as outras. Temos um sintoma disso no fato de que a sociedade ocidental como um todo gradualmente se tornou uma sociedade em que se espera que todas as pessoas capazes ganhem a vida através de um tipo altamente regulado de trabalho. Antes, o trabalho era uma característica das classes mais baixas. E, ao mesmo tempo, o que costuma ser peculiar às classes superiores também se difunde pela sociedade como um todo. A conversão de restrições sociais impostas "de fora" em auto-restrições, numa auto-regulação individual que se torna um hábito ou um automatismo no tocante às paixões e sentimentos — possivelmente apenas para pessoas normalmente protegidas da ameaça física, externa, da espada ou da fome — também está ocorrendo entre as grandes massas no Ocidente.

Vistas de perto, onde apenas um pequeno segmento desse movimento é perceptível, as diferenças na estrutura da personalidade social entre as classes altas e baixas no Mundo Ocidental de hoje podem parecer ainda consideráveis. Mas se for focalizada toda a amplitude do movimento ao longo dos séculos, podemos notar que estão diminuindo os grandes contrastes de comportamento entre os diferentes grupos sociais — assim como os contrastes e mudanças súbitas no comportamento do indivíduo. A modelação das pulsões e sentimentos, as formas de conduta, toda a constituição psicológica das classes baixas nas sociedades civilizadas, com sua crescente importância em toda a rede de funções, estão cada vez mais se aproximando das de outros grupos, começando pela classe média. Isso acontece mesmo que parte das autolimitações e tabus operantes nesta última, que surgem do anseio de "se distinguir", do desejo de maior prestígio, talvez falte inicialmente nas classes baixas, e mesmo que o tipo de dependência social que as caracteriza ainda não necessite, ou permita, o mesmo grau de controle de emoções e um espírito de previsão mais regular que nas classes altas do mesmo período.

Essa redução dos contrastes na sociedade e nos indivíduos, essa mistura peculiar de padrões de conduta que derivam de níveis sociais inicialmente muito diferentes, são altamente característicos da sociedade ocidental. E constitui uma das peculiaridades mais importantes do "processo civilizador". Esse movimento da sociedade e civilização, porém, certamente não segue uma linha reta. No movimento global observam-se repetidas vezes contramovimentos maiores ou menores, nos quais os contrastes na sociedade e a flutuações na conduta de indivíduos, suas explosões afetivas, tornam a aumentar.

O que acontece ante nossos olhos, o que costumamos chamar de "difusão da civilização" no sentido mais estreito, isto é, a disseminação de nossas instituições e padrões de conduta além do Ocidente, constitui a última onda, até agora, de

um movimento que ocorre há vários séculos no Ocidente e cujas tendências e padrões característicos, incluindo a ciência, a tecnologia e outras manifestações de um tipo específico de autolimitação, estabeleceram-se aqui muito antes de existir o conceito de "civilização". A partir da sociedade ocidental — como se ela fosse uma espécie de classe alta — padrões de conduta ocidentais "civilizados" hoje estão se disseminando por vastas áreas fora do Ocidente, seja através do assentamento de ocidentais ou através da assimilação pelos estratos mais altos de outras nações, da mesma forma que modelos de conduta antes se espalharam no interior do próprio Ocidente a partir deste ou daquele estrato mais alto, de certos centros cortesãos ou comerciais. O curso assumido por toda essa expansão foi determinado apenas ligeiramente pelos planos ou desejos daqueles cujos padrões de conduta foram assimilados. As classes que forneceram os modelos não são, sequer hoje, criadores ou originadores absolutamente livres de tal expansão. Essa difusão dos mesmos padrões de conduta a partir de "mães-pátrias do homem branco" seguiu-se à incorporação de outros territórios à rede de interdependências políticas e econômicas, à esfera das lutas eliminatórias entre nações do Ocidente e dentro de cada uma delas. A "tecnologia" não é a causa dessa mudança de comportamento. O que chamamos de "tecnologia" é apenas um dos símbolos, uma das últimas manifestações desse constante espírito de previsão imposto pela formação de cadeias de ações e de competição cada vez mais longas. As formas "civilizadas" de conduta disseminaram-se por essas outras áreas em razão e na medida que nelas, através de sua incorporação à rede cujo centro ainda é o Ocidente, a estrutura de suas sociedades e de relacionamentos humanos também está mudando. A tecnologia e a educação são facetas do mesmo desenvolvimento total. Nas áreas por onde se expandiu o Ocidente, as funções sociais a que o indivíduo deve submeter-se estão mudando cada vez mais, de maneira a induzir os mesmos espírito de previsão e controle de emoções como no próprio Ocidente. Nesse caso, também, a transformação da existência social como um todo é a condição básica para civilizar-se a conduta. Por esse motivo, encontramos nas relações do Ocidente com outras partes do mundo os primórdios da redução de contrastes que é peculiar a todas as grandes ondas do movimento civilizador.

Essa fusão repetida de padrões de conduta das classes funcionalmente superiores com os das classes em ascensão não deixa de ter certa importância, considerando-se a atitude curiosamente ambivalente das primeiras nesse processo. A habituação ao espírito de previsão e o controle mais rigoroso da conduta e das emoções, para os quais se inclinam as classes superiores por motivo de sua situação e funções, constituem importante instrumento de sua predominância, como no caso do colonialismo europeu, por exemplo. Servem como marcas de distinção e prestígio. Exatamente por esse motivo, tal sociedade considera como transgressão do modelo dominante de controle das paixões e sentimentos todo e qualquer "afrouxamento" de seus membros. A desaprovação acentua-se quando aumenta o poder social e o tamanho do grupo mais baixo, em ascensão, e assim torna-se mais intensa a competição pelas mesmas oportunidades entre os grupos superior e inferior. O esforço e o espírito de previsão necessários para manter a

posição da classe superior manifestam-se nos contactos internos de seus membros entre si, no grau de supervisão recíproca que praticam, na estigmatização severa e nas penalidades que impõem aos seus membros que infringem o código comum que os distingue. O medo provocado pela situação de todo o grupo, pela sua luta para preservar a idolatrada e ameaçada posição, age diretamente como uma força para manter o código de conduta, o cultivo do superego em seus membros. Ela é convertida em ansiedade pessoal, no medo do indivíduo de degradar-se ou simplesmente perder prestígio na sociedade em que vive. E é esse medo de perda de prestígio aos olhos dos demais, instilado sob a forma de autocompulsão, seja na forma de vergonha seja no senso de honra, que garante a reprodução habitual da conduta característica, e como sua condição um rigoroso controle de pulsões em cada pessoa.

Mas embora, por um lado, essas classes superiores — e em alguns aspectos as nações ocidentais como um todo, na função de classe superior — fossem compelidas a manter, a todo custo, o seu controle das pulsões como uma marca de distinção, por outro lado a sua situação, juntamente com a estrutura do movimento geral em que se inscrevem, obriga-as no longo prazo a reduzir essas diferenças em padrões de comportamento. A expansão da civilização ocidental mostra com grande clareza tal tendência. Esta civilização, aliás, é a característica que confere distinção e superioridade aos ocidentais. Mas, ao mesmo tempo, os povos do Ocidente, sob pressão de suas próprias lutas competitivas, provocaram em vastas partes do mundo uma mudança nos relacionamentos e funções humanas, aproximando-os de seus próprios padrões. Tornaram grandes regiões do mundo dependentes e, ao mesmo tempo, segundo uma regularidade da diferenciação funcional que já foi repetidamente observada, tornaram-se também suas dependentes. Por um lado, construíram, através de instituições e mediante uma estrita regulação de seu próprio comportamento, um muro entre eles e os grupos que colonizaram e que consideravam inferiores. Por outro, com suas formas sociais, disseminaram por esses lugares seu próprio estilo de conduta e instituições. O mais das vezes sem uma intenção deliberada, trabalharam numa direção que, cedo ou tarde, levou à redução das diferenças de poder social e conduta entre colonizadores e colonizados. Mesmo em nossos dias, os contrastes visivelmente estão se tornando menores. De acordo com a forma de colonização e a posição da área na grande teia de funções diferenciadas, e também com a própria história e estrutura da região, estão começando a ocorrer processos de fusão em áreas específicas fora do Ocidente, semelhantes àqueles descritos antes no exemplo que demos sobre a conduta cortesã e burguesa em diferentes países do próprio Ocidente. Nas regiões coloniais, igualmente, tendo em vista a posição e força sociais dos vários grupos, os padrões ocidentais estão se disseminando para baixo e, ocasionalmente, mesmo para cima a partir de baixo, se podemos usar essa imagem espacial, e fundindo-se para formar novas entidades, diferentes, novas variedades de conduta civilizada. Os contrastes em conduta entre os grupos superior e inferior são reduzidos com a disseminação da civilização, e aumentam as variedades, ou nuances, da conduta civilizada. Essa incorporação incipiente dos povos orientais e africanos aos padrões ocidentais representa a última onda

do contínuo movimento civilizador que vimos observando. Mas, da mesma maneira que essa onda sobe, sinais de novas ondas formando-se na mesma direção já podem ser vistos, uma vez que, até agora, os grupos que se aproximam da classe alta ocidental nas áreas coloniais são constituídos, principalmente, das classes altas dessas nações.

Recuando um passo na história, podemos observar no próprio Ocidente um movimento semelhante: a adoção pelas classes inferiores urbana e agrária de padrões civilizados de conduta, a crescente habituação desses grupos à previsão do futuro, a uma limitação e controle mais estritos da manifestação de emoções e, também, a um grau mais alto de autocontrole individual. Neste caso, também, de acordo com a estrutura da história de cada país, variedades muito diferentes de controle das emoções emergem no contexto da conduta civilizada. Na Inglaterra, na conduta dos operários ainda podemos ver traços das maneiras da aristocracia fundiária e de mercadores em uma ampla teia de ofícios, assim como na França, os ares dos cortesãos e de uma burguesia elevada ao poder pela Revolução. Nos trabalhadores, igualmente, encontramos uma regulação mais estrita da conduta, um tipo de cortesia mais calcado na tradição das nações colonizadoras, que durante longo período exerceram a função de classe superior dentro de uma larga rede interdependente, e um controle menos refinado das emoções em nações que só tarde ou nunca conseguiram expandir-se colonialmente, isto porque os monopólios de força e tributação e a centralização do poder nacional — que constituem precondições para qualquer expansão colonial duradoura — só se desenvolveram mais tarde nelas do que em suas concorrentes.

Recuando ainda mais, encontramos nos séculos XVII, XVIII e XIX — mais cedo ou mais tarde, segundo a estrutura de cada nação — o mesmo padrão num círculo ainda menor: a interpenetração dos padrões de conduta da nobreza e da burguesia. De acordo com a relação de poder existente, o produto da interpenetração foi dominado inicialmente por modelos derivados da situação da classe superior, em seguida pelo padrão de conduta de classes mais baixas, e em ascensão, até que finalmente emergiu um amálgama, um novo estilo de caráter, excepcional. Neste particular, também, é visível na posição da classe superior o mesmo dualismo que pode ser observado hoje na vanguarda da “civilização”. A nobreza de corte, a vanguarda da “*civilité*”, foi gradualmente compelida a exercer um rigoroso controle das emoções e uma precisa modelação de sua conduta, através de sua crescente integração na rede de interdependências, representada neste caso pela pinça formada pela monarquia e burguesia, na qual estava aprisionada a nobreza. Igualmente para a nobreza de corte, o autocontrole a ela imposto por sua função e situação serviu ao mesmo tempo como valor de prestígio, como meio de distinguir-se dos grupos inferiores que a fustigavam e ela tudo fez para impedir que essas diferenças fossem apagadas. Só o membro iniciado devia conhecer os segredos da boa conduta, só na boa sociedade podiam eles ser aprendidos. Baltasar Gracián escreveu deliberadamente seu tratado sobre “*savoir-vivre*”, o famoso *Oráculo Manual*, em estilo obscuro, como certa vez explicou uma princesa da corte ¹³⁴, para que esse conhecimento não pudesse ser comprado por todos ao preço de alguns tostões. Courtin tampouco esqueceu, na

introdução de seu tratado sobre a *Civilité*, de frisar que seu trabalho fora realmente escrito para uso privado de alguns amigos e que, mesmo impresso, destinava-se apenas a pessoas de boa sociedade. Mas, mesmo nesse contexto, revela-se a ambivalência da situação. Devido à forma peculiar de interdependência em que vivia, a aristocracia de corte não podia impedir — através de seus contatos com o estrato burguês rico, do qual ela necessitava por uma razão ou outra — a difusão de suas maneiras, costumes, gostos e linguagem por outras classes. Inicialmente no século XVII, essas maneiras foram adotadas por pequenos grupos dirigentes da burguesia — a *Digressão sobre a Modelação da Fala na Corte* constitui um exemplo vívido ¹³⁵ — e, em seguida, no século XVIII por estratos burgueses mais amplos. A massa de livros sobre a *civilité* publicados nessa época mostra claramente esse fato. Neste caso, também, a força da corrente de entrelaçamentos como um todo, as tensões e competição que a impeliavam para uma complexidade e diferenciação funcional ainda mais extensas, a dependência do indivíduo face a um número crescente de outros, a ascensão de classes sempre mais numerosas, revelaram-se mais fortes que a barricada que a nobreza tentou erigir em volta de si mesma.

O espírito de previsão, uma autodisciplina mais complexa, a formação mais estável do superego, fortalecida pela interdependência crescente, tornaram-se visíveis primeiro nos pequenos centros funcionais. Depois, mais e mais círculos funcionais no Ocidente se voltaram para a mesma direção. Finalmente, em combinação com formas preexistentes de civilização, a mesma transformação das funções sociais e, destarte, da conduta e de toda a personalidade, começou a ocorrer em países fora da Europa. Esse é o quadro que emerge se tentamos examinar globalmente o curso seguido até agora pelo movimento civilizador ocidental no espaço social.

IV

A Transformação de Guerreiros em Cortesãos

A sociedade de corte dos séculos XVII e XVIII e, acima de tudo a nobreza cortesã da França que lhe formava o núcleo, ocuparam uma posição específica nesse movimento pelo qual padrões de conduta foram se interpenetrando em círculos cada vez mais largos. Os cortesãos não criaram nem inventaram a moderação das emoções e a regulação mais uniforme da conduta. Eles, como todos os demais nesse movimento, curvavam-se a limitações impostas pela interdependência que não havia sido planejada por qualquer indivíduo isolado ou grupo de pessoas. Mas foi nessa sociedade de corte que se formou o elenco básico de modelos de conduta que, depois, fundidos com outros e modificados de acordo com a posição dos grupos que os adotavam, difundiu-se, junto com a compulsão a utilizar o espírito de previsão, por círculos de funções constante-

pressão da vida cortesã que lhes modelava a conduta. Não havia outro lugar onde pudessem viver sem perda de *status*; era por isso que dependiam tanto do rei.

O rei, por sua vez, dependia da aristocracia por um bom número de razões. Para seu próprio convívio, precisava de uma sociedade cujas maneiras fossem as suas. O fato de que as pessoas que o serviam à mesa, quando ia dormir ou quando caçava, pertencessem à mais alta nobreza da terra servia à sua necessidade de distinguir-se de todos os outros grupos do país. Mas, acima de tudo, precisava da nobreza como contrapeso para a burguesia, da mesma maneira que necessitava da burguesia como contrapeso da nobreza, para que sua capacidade de manipular os principais monopólios não fosse reduzida. E eram as regularidades inerentes ao "mecanismo real" que colocavam o governante absolutista na dependência da nobreza. Manter a nobreza com classe distinta e, assim, preservar o equilíbrio e a tensão entre nobreza e burguesia e não permitir que nenhum estado se tornasse forte ou fraco demais, tais eram os aspectos fundamentais da política real.

A nobreza — e a burguesia, também — não dependia apenas do rei, mas o rei dependia da existência da nobreza. Mas, sem dúvida nenhuma, a dependência do indivíduo nobre face ao rei era incomparavelmente maior do que a do rei face a qualquer um deles, e esse fato era claramente destacado no relacionamento mantido, na corte, entre o rei e a nobreza.

O rei não era apenas o opressor da nobreza, como uma fração da nobreza de cortê pensava, nem apenas seu preservador, como acreditavam grandes segmentos da burguesia, — era ambas as coisas. E a corte, por isso mesmo, também era ambas as coisas: uma instituição para domar e preservar a nobreza. "Se um nobre", escreveu La Bruyère numa passagem sobre a corte, "vive em casa na província, ele é livre, mas sem segurança; se vive na Corte, é protegido, mas escravo." Em muitos aspectos, essa relação lembra a que existe entre um pequeno empresário independente e um alto funcionário de uma poderosa firma familiar. Na corte, parte da nobreza encontra a possibilidade de viver de acordo com seu *status*, porém os indivíduos nobres não são mais o que foram os cavaleiros, protagonistas de uma livre competição militar entre si, mas participantes numa competição, controlada pelo monopólio, pelas oportunidades que o dirigente tem para distribuir. E vivem não só sob a pressão do suserano, estão sujeitos não só à pressão competitiva que eles mesmos, membros do exército de reserva da aristocracia do país, exercem uns sobre os outros, mas sofrem, acima de tudo, a pressão dos estratos burgueses ascendentes. Com o crescente poder social destes últimos, os cortesãos têm que lutar constantemente, pois vivem principalmente dos tributos e impostos pagos pelo terceiro estado. A interdependência e integração das diferentes funções sociais, acima de tudo entre nobreza e burguesia, são muito mais fortes do que nas fases precedentes. Ainda mais onipresentes, por isso mesmo, são as tensões entre eles. E da mesma maneira que a estrutura de relacionamentos humanos é assim mudada, na mesma medida o indivíduo está emaranhado na teia humana de uma forma muito diferente da de antes e é modelado por seus vários tipos de dependência; muda também a estrutura da consciência e sentimentos individuais, da interação entre paixões e controle de paixões, entre os níveis consciente e inconsciente da personalidade. A interde-

pendência mais estreita de todos os lados, a pressão mais forte vinda de todas as direções, exigem e instilam um autocontrole mais uniforme, um superego mais estável e novas formas de conduta entre as pessoas: os guerreiros tornam-se cortesãos.

Em todos os casos em que encontramos processos civilizadores de qualquer extensão, encontramos também similaridades estruturais no contexto sócio-histórico mais amplo, no qual ocorreram essas mudanças de mentalidade. Elas podem acontecer mais ou menos rapidamente, podem avançar, como neste caso, num único ou em vários arrancos, com fortes recuos, mas, tanto quanto podemos perceber hoje, uma transformação mais ou menos decisiva de guerreiros em cortesãos, seja permanente ou transitória, constitui uma das condições sociais mais elementares de todos os grandes movimentos de civilização. E por menor tenha sido a importância de que a formação social da corte possa, à primeira vista, ter-se revestido para nossa vida atual, uma certa compreensão da estrutura da corte é indispensável para entendermos os processos civilizadores. Algumas de suas características estruturais podem também lançar luz sobre a vida nos centros de poder em geral.

V

O Abrandamento das Pulsões: Psicologização e Racionalização

"A vida na corte", escreveu La Bruyère¹⁴¹, "é um jogo sério, melancólico, que nos exige organizar as peças e baterias, elaborar um plano, segui-lo, contrariar o plano de nosso adversário, assumir ocasionalmente riscos e jogar atendendo a um palpite. E, depois de todas as jogadas e reflexão, descobrimos que estamos em xeque, às vezes em xeque-mate."

Na corte, e acima de tudo na grande corte absolutista, formou-se, pela primeira vez, um tipo de sociedade e de relacionamentos humanos com características estruturais que desde então, durante um longo período da história do Ocidente e em meio a numerosas variações, várias vezes cumpriram um papel decisivo. Num vasto e populoso território, que de modo geral estava livre da violência física, surgiu a "boa sociedade". Mas mesmo que o emprego da violência física diminuísse no convívio humano, mesmo que os duelos estivessem proibidos, as pessoas, sob uma grande variedade de maneiras, exerciam pressão e força umas sobre as outras. A vida nesse círculo não era, de maneira alguma, pacífica. Um número muito grande de pessoas dependia continuamente de outras. Era intensa a competição por prestígio e pelo favor real. "Affaires", disputas sobre a precedência e o favor, jamais cessavam. Se não mais desempenhavam papel tão importante como meio de decisão, a espada fora substituída pela intriga e por conflitos nos quais as carreiras e o sucesso social eram perseguidos por meio de palavras. Estas exigiam e produziam qualidades diferentes das que eram neces-

sárias nas lutas armadas, que tinham de ser resolvidas com armas na mão. A reflexão contínua, a capacidade de previsão, o cálculo, o autocontrole, a regulação precisa e organizada das próprias emoções, o conhecimento do terreno, humano e não-humano, onde agia o indivíduo, tornaram-se precondições cada vez mais indispensáveis para o sucesso social.

Todos os indivíduos pertenciam a uma *coterie*, a um círculo social que, quando necessário, o apoiava. Mas esses grupamentos mudavam. Entravam em alianças, sempre que possível, com pessoas altamente graduadas na corte. Mas a posição na corte podia mudar com grande rapidez. Tinham rivais, inimigos declarados e ocultos. E a tática empregada nessas lutas, como também nas alianças, exigiam cuidadoso exame. O grau de distanciamento e familiaridade tinha que ser cuidadosamente medido: cada cumprimento, cada conversa revestia-se de uma importância muito superior do que era realmente dito ou feito, porque indicava a situação da pessoa e contribuía para a corte formar sua opinião sobre ela.

“Que um favorito vigie atentamente sua conduta, porque, se não me conservar em sua antecâmara à espera por tanto tempo quanto o habitual, se seu rosto for mais aberto, se ele fizer menos carranca, se me escutar com maior boa vontade e me acompanhar um pouco mais longe quando eu me dirigir à porta de saída, pensarei que ele está começando a cair em desgraça — e terei razão.”¹⁴²

A corte é uma espécie de bolsa de valores e, como em toda “boa sociedade”, uma estimativa do “valor” de cada indivíduo está continuamente sendo feita. Mas, neste caso, o valor tem seu fundamento real não na riqueza ou mesmo nas realizações ou capacidade do indivíduo, porém na estima que o rei tem por ele, na influência de que goza junto aos poderosos, na sua importância no jogo das *coteries* da corte. Tudo isso, estima, influência, importância, todo esse jogo complexo e sério no qual estão proibidas a violência física e as explosões emocionais diretas, e a ameaça à existência exige de cada jogador uma constante capacidade de previsão e um conhecimento exato de cada um, de sua posição e valor na rede de opiniões da corte, tudo isso exige um afinamento preciso da conduta a esse valor. Qualquer erro, qualquer descuido reduz o valor do indivíduo na opinião da corte e pode pôr em xeque a sua posição.

“O homem que conhece a corte é senhor de seus gestos, de seus olhos e expressão. É um homem profundo, impenetrável. Dissimula as más ações que comete, sorri para os inimigos, reprime o mau-humor, disfarça as paixões, rejeita o que quer o coração, age contra os sentimentos.”¹⁴³

É inequívoca a transformação da nobreza no rumo do comportamento “civilizado”. A conduta não é ainda tão “civilizada” como mais tarde será na sociedade burguesa, porque só em relação a seus pares é que o cortesão e a dama da corte precisam se sujeitar a essas limitações, que eles observam bem menos face a seus inferiores. Mas, afora o fato de que o padrão de controle de paixões e sentimentos na corte se distingue daquele que vigora na sociedade burguesa, é também mais intensa e percepção de que esse controle é exercido por razões sociais. Inclinações opostas não desapareceram ainda por completo da consciência de vigília, o autocontrole não se tornou ainda inteiramente um mecanismo de

hábitos que opera quase automaticamente e inclui todos os relacionamentos humanos. Mas já é muito claro que os seres humanos estão se tornando mais complexos e internamente divididos de uma maneira muito específica. Todo homem, por assim dizer, enfrenta a si mesmo. Ele “disfarça as paixões”, “rejeita o que quer o coração” e “age contra seus sentimentos”. O prazer ou a inclinação do momento são contidos pela previsão de consequências desagradáveis, se forem atendidos. E é este, na verdade, o mesmo mecanismo através do qual os adultos — sejam eles os pais ou outras pessoas — instilam um “superego” estável nas crianças. A paixão momentânea e os impulsos afetivos são, por assim dizer, reprimidos e dominados pela previsão de aborrecimentos posteriores, pelo medo de uma dor futura, até que, pela força do hábito, esse medo finalmente contenha o comportamento e as inclinações proibidos, mesmo que nenhuma outra pessoa esteja fisicamente presente, e a energia dessas inclinações seja canalizada numa direção inócua, sem o risco de qualquer aborrecimento.

De conformidade com a transformação da sociedade, são também reconstruídas as relações interpessoais, a constituição afetiva do indivíduo: à medida que aumentam a série de ações e o número de pessoas de quem dependem o indivíduo e seus atos, torna-se mais firme o hábito de prever consequências a longo prazo. E na mesma proporção em que mudam o comportamento e a estrutura da personalidade do indivíduo, muda também sua maneira de encarar os demais. A imagem que ele forma dos outros torna-se mais rica em nuances, mais isenta de emoções espontâneas, — ela é, numa palavra, “psicologizada”.

Nos casos em que as funções sociais permitem ao indivíduo maior liberdade de ação sob a influência de impulsos momentâneos do que acontece nas cortes, não é necessário nem possível estudar em grande profundidade a consciência e os sentimentos de outra pessoa, ou que motivos ocultos podem ser a causa de seu comportamento. Se, na corte, o cálculo enreda-se com o cálculo, nas sociedades mais simples os sentimentos se enredam diretamente com os sentimentos. Essa força dos sentimentos mais imediatos, contudo, prende o indivíduo a um número menor de opções de comportamento: a pessoa é amiga ou inimiga, boa ou má; dependendo de como vê o outro em termos desses padrões afetivos em preto e branco, o indivíduo se comporta. Tudo parece estar diretamente relacionado com o sentimento. O fato de brilhar o sol ou relampejar o raio, de alguém rir ou contrair as sobrancelhas, tudo isso atinge mais diretamente os sentimentos do observador. E à medida que isso o excita aqui e agora, de maneira amistosa ou hostil, ele acredita que tudo o visava diretamente. Não lhe entra na cabeça que tudo isso, o relâmpago que acompanha o raio que quase o atingiu, o rosto que o ofende, possam ser explicados por conexões remotas que nada tenham a ver diretamente com sua pessoa. Ele só desenvolve uma visão a mais longo prazo da natureza e dos outros indivíduos na medida em que a crescente divisão de funções e seu envolvimento diário em longas cadeias humanas o acostumarem a essa visão e a um maior controle da afetividade. Só então, lentamente, se remove o véu que as paixões colocavam em frente a seus olhos, e um novo mundo emerge — um mundo cujo curso é amistoso ou hostil para com a pessoa, sem que isso decorra de uma intenção, uma cadeia de eventos que

precisam ser considerados imparcialmente durante longos períodos de tempo, caso se pretenda descobrir suas conexões*.

Tal como a conduta em geral, a maneira de ver as coisas e as pessoas também se torna mais neutra na esfera afetiva, com o processo civilizador. A "imagem do mundo" vai se tornando menos diretamente determinada pelos desejos e receios humanos, e se orientando para o que chamamos de "experiência" ou para "o empírico", para seqüências dotadas de regularidades imanentes. Da mesma forma que hoje, em outro arranco nessa direção, o curso da história e da sociedade gradualmente emerge da névoa dos sentimentos e do envolvimento pessoais, do nevoeiro de anelos e receios coletivos, e começa a exibir um nexo relativamente autônomo de eventos, o mesmo acontece com a natureza e — dentro de espaços menores — com os seres humanos. E é exatamente nos círculos da vida na corte que se desenvolve o que hoje chamaríamos de uma visão "psicológica" do homem, a observação mais exata dos demais e de si mesmo em termos de uma série mais longa de motivos e conexões causais, porque é lá que o autocontrole vigilante e a ininterrupta observação do próximo figuram entre os pré-requisitos elementares para se preservar a posição social de cada um. Mas isso é apenas um exemplo de como aquilo que chamamos de "orientação para a experiência", a observação dos eventos num nexo de interdependência que se alonga e alarga, começa vagarosamente a desenvolver-se no ponto exato em que a estrutura da sociedade compele o indivíduo a controlar suas emoções passageiras e transformar ainda mais fortemente as energias da libido.

Saint-Simon refere-se, numa passagem, a uma pessoa com a qual suas relações são incertas. Assim descreve o seu comportamento nessa situação: "Logo notei que ele estava ficando mais frio. Estudei-lhe atentamente a conduta em relação a mim, a fim de evitar confusão entre o que poderia ser acidental num homem sobrecarregado com problemas espinhosos, e aquilo de que suspeitava. Minhas suspeitas foram confirmadas, o que me levou a afastar-me inteiramente dele, sem dar a mínima indicação disso."¹⁴⁴

Essa arte cortesã de observação do ser humano — ao contrário do que hoje chamaríamos de "psicologia" — jamais se interessava pelo indivíduo no isolamento, como se os aspectos essenciais de seu comportamento fossem independentes de suas relações com os outros, como se ele se relacionasse com os outros, por assim dizer, apenas retrospectivamente. O enfoque aqui se aproxima muito mais da realidade, no sentido em que o indivíduo é sempre visto em seu contexto social, *como um ser humano em relação com outros, como um indivíduo numa situação social*.

Dissemos acima que os preceitos do século XVI sobre o comportamento diferiam daqueles de séculos precedentes menos em termos de conteúdo do que de tom, de uma atmosfera afetiva que se modificara.¹⁴⁵ As introversões psicológicas, as observações pessoais, começavam a desempenhar um papel mais

importante. A comparação entre os preceitos de Erasmo ou de Della Casa e as regras medievais correspondentes mostra isso com grande clareza. O estudo das mudanças sociais nessa época, da transformação dos relacionamentos humanos que ocorreu, fornece uma explicação. Essa "psicologização" das regras de conduta, ou, mais exatamente, sua maior impregnação pela observação e a experiência, constituiu uma manifestação da acelerada transformação da classe alta em classe cortesã, e da integração mais estreita de todas as partes da sociedade nesse período. Sinais de mudança nesse rumo certamente não se encontram apenas nos livros que trataram do padrão de "boa conduta" da época; encontramos-los, também, em obras dedicadas aos entretenimentos dessa classe. A observação do ser humano, exigida pela vida no círculo da corte, encontrou sua expressão literária na arte do retrato.

O aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los. Na sociedade de corte, porém, o livro ainda não desempenha o mesmo papel que na burguesa. Na primeira, o convívio social, o mercado de valores de prestígio, formam o centro da existência de cada pessoa. Os livros são usados menos para a leitura no gabinete ou em horas solitárias de ócio, retiradas do horário profissional de cada um, do que como assunto de conversa no convívio social, fazendo parte e dando continuidade à conversação e aos jogos sociais ou, tal como a maioria de memórias que têm a corte como objeto, servindo de substituto à conversa, formando diálogos em que, por uma razão ou outra, falta o interlocutor. A fina arte dos retratos nas memórias das cortes, nas cartas e aforismos dá-nos, assim, uma boa imagem da complexa observação de seres e ações humanas instilada pela vida cortesã. E neste aspecto, como em muitos outros, a sociedade burguesa da França levou adiante a herança da corte com uma curiosa continuidade. A persistência da "boa sociedade" parisiense, como beneficiária e aprimoradora dos instrumentos de prestígio criados na sociedade de corte, para muito além da Revolução e até o presente dia, pode ter contribuído para isso. De qualquer modo, podemos dizer que dos retratos que saíram da pena de Saint-Simon e seus contemporâneos até as descrições da "alta sociedade" do século XIX, de autoria de Proust — passando por Balzac, Flaubert, Maupassant e muitos outros — e, finalmente, a representação da vida de classes mais amplas que devemos a escritores do calibre de Jules Romains ou André Malraux, ou a um bom número de filmes franceses, perpassa uma linha direta de tradição, caracterizada precisamente por essa lucidez de observação, essa capacidade de ver a pessoa em todo seu contexto social e compreendê-la através dele. A figura individual jamais é artificialmente isolada do tecido de sua existência social, de sua dependência simples dos demais. Por isso mesmo, a atmosfera e a plasticidade da experiência real nunca se perdem nas descrições.

E muito do que se pode dizer a respeito dessa "psicologização" aplica-se também à "racionalização", que lentamente vai se tornando perceptível, a partir do século XVI, nos aspectos ou mais variados da sociedade. Este tampouco é um fato isolado, mas apenas uma manifestação da mudança em toda a persona-

* Ver, neste contexto, Norbert Elias, "Problems of Involvement and Detachment", *British Journal of Sociology*, 7 (1956), pp. 226-52. (Nota do autor à tradução inglesa.)

lidade, que emerge nessa época, e da crescente capacidade de previsão que a partir desse período é também exigida e instilada por um número crescente de funções sociais.

Neste exemplo, como em muitos outros, a compreensão dos fatos sócio-históricos exige a suspensão dos hábitos de pensar com que crescemos. Essa racionalização histórica, freqüentemente notada, não é algo que tenha surgido porque numerosas pessoas isoladas, sem relações entre si, simultaneamente desenvolvessem “dentro de si”, como que por alguma harmonia preestabelecida, um novo órgão ou substância, uma “compreensão” ou “razão” que não existissem até então. O que mudou foi a maneira como as pessoas se ligavam umas às outras. Por isso, mudou o comportamento; por isso, também mudaram a consciência e a economia das paixões, e a própria estrutura como um todo. “Circunstâncias” que mudam não são algo que vem ter, aos homens, de “fora”: são os relacionamentos entre as próprias pessoas.

O homem é um ser extraordinariamente maleável e variável. As mudanças que ocorrem nas atitudes humanas aqui discutidas constituem exemplo dessa maleabilidade. Ela, de modo algum, se limita ao que em geral diferenciamos como o “psicológico” e o “fisiológico”. O “físico”, também, está indissolivelmente ligado ao que denominamos de “psíquico”, modelando-se de forma variada no curso da história de acordo com cadeias de dependências que se estendem ao longo de toda a vida humana. Poderíamos pensar, por exemplo, na modelação dos músculos faciais e, portanto, da expressão facial, durante a vida da pessoa, ou na formação dos centros de leitura e escrita no cérebro. O mesmo se aplica àquilo a que nos referimos com termos tão reificadores como “raciocínio”, “razão” ou “compreensão”. Nada disso existe — embora nosso uso das palavras sugira o contrário — relativamente imune à mudança sócio-histórica, da maneira como, por exemplo, existem o coração ou o estômago. Em vez disso, esses termos expressam uma modelação específica de toda a personalidade. São aspectos de modelação que ocorrem bem devagar, avançando e recuando um sem-número de vezes, e que emergem mais fortemente quanto mais clara e totalmente os impulsos espontâneos do indivíduo ameaçam provocar, por efeito da estrutura de dependências humanas, perda de prazer, declínio, ou inferioridade em relação a outras pessoas, ou mesmo ameaçam arruinar a própria existência social. São aspectos daquela modelação mediante a qual o centro da libido e o centro do ego são mais ou menos fortemente diferenciados, até que finalmente se forma uma agência de autocontrole abrangente, estável e altamente diferenciada. Não há de fato uma “razão”, haverá, no máximo, “racionalização”.

Nossos hábitos de pensar inclinam-nos a procurar “começos”. Mas não há em parte alguma, no desenvolvimento da pessoa, um “ponto” antes do qual poderíamos dizer: até aqui não havia “razão” e agora ela “suruiu”; até aqui não havia compulsões do ser e nenhum “superego” e agora, neste ou naquele século, ele subitamente surgiu. Não há um ponto zero de todos esses dados. Mas tampouco faz justiça aos fatos dizer: tudo esteve sempre lá, como agora. Os hábitos de autocontrole, a constituição consciente e afetiva de pessoas “civilizadas” diferem claramente em sua totalidade das dos chamados “primitivos”, mas ambos são,

em sua estrutura, modelações diferentes, e ainda assim claramente explicáveis, de modelações das mesmas funções naturais.

Os hábitos tradicionais de pensar confrontam-nos ininterruptamente com alternativas estáticas. São formados, em certo sentido, de acordo com modelos eleáticos*: apenas conseguimos conceber pontos isolados, mudanças abruptas e separadas, ou absolutamente nenhuma mudança. E evidentemente ainda temos muita dificuldade em nos imaginarmos como parte de um processo gradual de mudança, contínuo, dotado de estrutura e de regularidade específicas — uma mudança que se perde na escuridão do passado mais remoto —, e como parte de um movimento que, tanto quanto possível, deve ser visto como um todo, tal como o voo de uma flecha ou o fluir de um rio, e não como a repetição da mesma coisa em pontos diferentes, ou como algo que salta de um ponto para outro. O que muda no curso do processo que denominamos de história são as relações mútuas, as configurações de pessoas e a modelação que o indivíduo sofre através delas. Mas, no exato momento em que essa historicidade fundamental do homem é vista claramente, percebemos também a regularidade, as características estruturais da existência humana, que permanecem constantes. Cada aspecto isolado da vida social apenas é compreensível no contexto desse movimento perpétuo. Nenhum detalhe pode ser isolado dele. Forma-se nesse contexto móvel — que pode parecer lento, como no caso de muitos povos primitivos, ou rápido, como no nosso — e ele deve ser apreendido, como parte de um estágio ou onda específicos. Os controles e restrições às pulsões nunca estão ausentes entre as pessoas, nem uma certa capacidade de previsão; mas essas qualidades assumem uma forma e grau diferentes entre simples pastores ou numa classe guerreira, do que ocorre entre cortesãos, funcionários do Estado ou membros de um exército mecanizado. Tornam-se mais poderosas e complexas à medida que aumenta a divisão de funções e, pois, o número de pessoas com as quais o indivíduo tem que sincronizar suas ações. De igual maneira, a natureza da “compreensão” ou do “raciocínio” à qual o indivíduo está acostumado se aproxima ou se afasta da de outras pessoas na sua sociedade, na mesma medida em que sua própria situação e função social, e a de seus pais ou das principais influências que o moldaram, se aproximam ou afastam das dos demais. A capacidade de previsão do impressor ou do montador difere da do guarda-livro, a do engenheiro da do diretor de vendas, a do ministro da fazenda da do comandante do exército, mesmo que todas essas distintas modelações superficiais sejam iguais, até certo ponto, pela interdependência de funções. Em nível mais profundo, a racionalidade e a modelação de sentimentos de alguém que cresceu numa família de classe operária são diferentes daquele que cresceu num ambiente seguro e abastado. E, finalmente, a racionalidade e os padrões de sentimentos, a auto-imagem e a economia pulsional dos alemães, ingleses,

* Referência à Escola de Eléa, que teve por principais expoentes Parmênides e Zenão, e que considerava a mutação das coisas como mera aparência: por trás do movimento, haveria, como realidade, o ser. (RJR).

franceses e italianos se diferenciam, de acordo com suas diferentes histórias de interdependência, e a modelação social da pessoa no Ocidente, como um todo, difere da dos orientais. Mas todas essas diferenças são compreensíveis exatamente porque têm, subjacentes, as mesmas regularidades humanas e sociais. As diferenças individuais dentro desses grupos, tais como as de "inteligência", são meramente nuances num contexto de formas históricas muito específicas, diferenciações às quais a sociedade oferece maior ou menor oportunidade de expressão, dependendo de sua estrutura. Dessa maneira, por exemplo, a aventura que é o pensamento independente altamente individualizado, a postura através da qual a pessoa prova que é uma "inteligência criativa", não tem como precondição apenas um "talento natural" individual muito particular. Ela só é possível dentro de uma estrutura específica de equilíbrios de poder; sua precondição é uma *estrutura social* bastante específica. E depende, além disso, do acesso que o indivíduo tem, numa sociedade assim estruturada, ao tipo de aprendizagem e ao pequeno número de funções sociais que, elas apenas, permitem desenvolver-se sua capacidade independente de reflexão.

Por tudo isso, a capacidade de previsão, ou "raciocínio", do cavaleiro é diferente da do cortesão. Uma cena relatada por Ranke¹⁴⁶ dá-nos boa idéia de como a estrutura de personalidade típica dos cavaleiros estava condenada pela crescente monopolização da força. Em termos mais gerais, fornece-nos um exemplo de como uma mudança na estrutura das funções sociais obriga a uma mudança de conduta. O duque de Montmorency, filho de um aristocrata que desempenhara papel de mais alta importância na vitória de Henrique IV, rebelou-se. Era um homem cavaleiroso, nobre, generoso e brilhante, bravo e ambicioso. E servia ao rei. Mas que esse poder e o direito de governar deveriam estar subordinados a Luís XIII ou, mais precisamente, a Richelieu, era coisa que ele não compreendia nem aprovava. Assim, com seus seguidores, começou a combater o rei assim como, nos velhos tempos, cavaleiros e senhores feudais frequentemente faziam entre si. Houve um confronto. O general do rei, Schomberg, encontrava-se numa posição taticamente débil. Isso, contudo, diz Ranke

era uma vantagem à qual Montmorency deu pouca atenção. Vendo o exército inimigo, sugeriu a seus amigos que atacassem, sem demora. Isto porque compreendia a guerra principalmente como uma valente carga de cavalaria. Um companheiro experiente, o conde Rieux, suplicou-lhe que esperasse até que alguns canhões, que estavam chegando, abalassem a posição do inimigo. Montmorency, porém, já estava possuído pela agitação belicosa. Não havia mais tempo a perder, disse, e seu conselheiro, embora anteviesse o desastre, não ousou contrariar a vontade clara do cavaleiroso chefe. "Senhor", gritou, "morrerei a vossos pés".

Montmorency se reconhecia pelo corcel que montava, esplendidamente adornado de penas azuis e pardas. Só um pequeno grupo de seus homens saltou com ele sobre a trincheira. Abateram todos os que encontraram à sua frente e foram abrindo caminho até chegarem diante da posição principal do inimigo, onde foram recebidos por nutrido e rápido fogo de mosquetes. Cavalos e homens tombaram feridos e mortos. O conde Rieux e a maioria dos outros morreram; o duque de Montmorency, ferido, caiu do cavalo, também atingido, e foi feito prisioneiro.

Richelieu mandou submetê-lo a julgamento, certo do resultado, e logo depois o último Montmorency foi decapitado no pátio da prefeitura de Toulouse.

Ceder imediatamente a seus impulsos e não pensar nas consequências era, nas fases precedentes em que os guerreiros podiam competir mais livremente entre si, um modo de conduta que — mesmo que levasse à queda do indivíduo — estava adequado à estrutura social como um todo e, por conseguinte, à "realidade". O fervor marcial era uma precondição necessária para o sucesso e o prestígio do membro da nobreza. Com a monopolização e centralização em andamento, tudo isso mudou.

A estrutura diferente da sociedade punia agora, com ruína inapelável, as explosões e ações emocionais destituídas de um apropriado espírito de previsão. E todos os que discordassem do estado de coisas vigente, da onipotência do rei, teriam que mudar seus costumes. Vejamos o que Saint-Simon disse a esse respeito. Ele, também, pouco mais de uma geração após Montmorency, era e se conservou durante toda a vida um duque de oposição. Mas tudo o que conseguiu foi criar na corte uma espécie de facção; se fosse hábil, poderia ter a esperança de conquistar para suas idéias o sucessor do rei, o Delfim. Mas isso era um jogo perigoso na corte de Luís XIV e que exigia a maior cautela. O príncipe tinha, em primeiro lugar, de ser cuidadosamente sondado e, só depois, gradualmente orientado na direção desejada:

Minha principal intenção (diz Saint-Simon, descrevendo a tática que adotou numa conversa com o Delfim) era sondar-lhe a opinião a respeito de tudo o que interessava à nossa dignidade. Tomei, em consequência, todo o cuidado para interromper qualquer discussão que nos afastasse de tal objetivo, trazer de volta a conversa e conduzi-la através de todos os diferentes capítulos... o Delfim, muito atento, apreciou todos os meus argumentos... animou-se... e gemeu ante a ignorância e a falta de ponderação do Rei. Eu pouco mais fiz do que aludir a cada um desses diferentes assuntos ao apresentá-los, sucessivamente, ao Delfim, e depois me limitei a ouvi-lo, deixando-lhe o prazer de falar, de mostrar-me como era educado. Deixei que ele mesmo se convencesse, se animasse, se zangasse, enquanto eu lhe observava os sentimentos, a maneira como ele pensava, a fim de formar impressões das quais eu pudesse tirar proveito... Preocupe-me menos em insistir em meus argumentos e explicações do que... em suave, mas firmemente, instilar nele meus sentimentos e opiniões sobre cada um desses assuntos...¹⁴⁷

Esse curto esboço da atitude de dois homens, os duques de Montmorency e Saint-Simon, quando davam expressão à sua oposição à onipotência do rei, ajuda a completar nosso quadro. O primeiro, um dos últimos cavaleiros, procura alcançar sua meta num combate físico; o segundo, o cortesão, na conversa. O primeiro age a partir de impulsos, pouco pensando nos outros; o segundo ajusta ininterruptamente o comportamento ao interlocutor. Ambos, não só Montmorency, mas também Saint-Simon, estão numa situação altamente perigosa. O Delfim pode a qualquer momento romper as regras da conversa cortesã, interromper, se quiser, a conversa e o relacionamento por qualquer razão que escolha, e nisso perderá muito pouco. Se Saint-Simon não for muito cauteloso, o herdeiro do

trono poderá adivinhar os pensamentos sediciosos do duque e informar o rei. Montmorency mal se apercebe do perigo; está inteiramente condicionado pela conduta direta que sua paixão determina. Procura superar o perigo exatamente com emprego da fúria de sua paixão. Saint-Simon percebe a exata extensão do perigo e começa a trabalhar com o máximo autocontrole e espírito de previsão. Não tenta obter coisa alguma pela força, trabalha motivado por uma visão a prazo mais longo. Contém-se a fim de "instilar" no outro, imperceptível mas duradouramente, seus sentimentos.

O que temos nessa historietta autobiográfica é um exemplo muito revelador daquela *racionalidade cortesã* — embora este fato não seja em geral compreendido — que desempenhou um papel não menos importante, e a princípio ainda mais importante, no desenvolvimento do que chamamos de "Iluminismo", do que a capacidade de previsão e racionalidade urbano-comerciais instiladas pelas funções ocupadas na rede de comércio. Mas, com certeza, essas duas formas de capacidade de previsão, a racionalização e a psicologização — na nobreza de corte e nos principais grupos de classe média —, por mais diferentes fossem em seus padrões, desenvolveram-se em estreita combinação entre si. Indicam um crescente entrelaçamento entre nobreza e burguesia e surgem de uma transformação nos relacionamentos humanos que ocorria por toda a sociedade: estavam vinculados da maneira a mais íntima possível com a mudança que levava os estados frouxamente ligados da sociedade medieval a se tornarem, gradualmente, formações sociais subordinadas na sociedade centralizada do Estado absolutista.

O processo histórico de racionalização constitui um exemplo de primeira água de um processo que até agora o pensamento sistemático mal tem compreendido. Ele pertence — se observarmos o modelo tradicional das disciplinas acadêmicas — a uma ciência que ainda não existe, a psicologia histórica. Na atual estrutura da pesquisa histórica, uma nítida linha divisória costuma ser traçada entre o trabalho dos historiadores e o dos psicólogos. Só os ocidentais de nossos dias parecem necessitar ou ser acessíveis à investigação psicológica ou, no máximo, também os povos chamados de primitivos que ainda sobrevivem. Permanece obscuro o caminho que leva, na própria história ocidental, da estrutura mais simples, primitiva, para a mais diferenciada. Exatamente porque o psicólogo pensa não-historicamente, porque aborda as estruturas psicológicas dos homens de nossos dias como se fossem algo sem evolução ou mudança, os resultados de suas investigações de pouco servem ao historiador. E porque, preocupado com o que chama de fatos, evita problemas psicológicos, o historiador pouco tem a dizer ao psicólogo.

A situação é pouco melhor no caso da sociologia. Na medida em que chegue a se interessar por problemas históricos, ela aceita sem reservas a linha divisória traçada pelo historiador entre a estrutura aparentemente imutável do homem e suas diferentes manifestações sob a forma de artes, idéias, ou o que quer que seja. Permanece sem reconhecimento o fato de que uma psicologia social histórica, um estudo simultaneamente psicogenético e sociogenético, é necessária para traçar as conexões entre todas essas diferentes manifestações dos seres humanos. Os que se interessam pela história da sociedade, como os que estudam

a história da mente, encaram a "sociedade" e o mundo das "idéias" como duas formações diferentes que pode haver sentido em separar. Aparentemente, ambos acreditam que há ou uma sociedade fora das idéias e pensamentos, ou idéias fora da sociedade. E simplesmente discutem qual desses dois reinos é mais "importante", dizendo uns que são as idéias, sem a sociedade, que põem esta última em movimento, e outros que é uma sociedade sem idéias que deflagra as "idéias".

O processo civilizador e, dentro dele, suas tendências como a psicologização e a racionalização, não se ajustam a esse tipo de esquema. Mesmo no pensamento, elas não podem ser simplesmente cindidas da mudança histórica que ocorreu na estrutura dos relacionamentos interpessoais. É inteiramente sem propósito perguntar se a transição gradual de modos menos para mais racionais de pensamento e conduta mudou a sociedade, porquanto esse processo de racionalização, tal como o processo civilizador mais abrangente, já constitui um evento psicológico e social. Mas tampouco faz sentido explicar o processo civilizador como uma "superestrutura" ou "ideologia", isto é, exclusivamente a partir de sua função como arma na luta entre grupos e interesses sociais específicos.

A gradual racionalização e, mais, todo o processo civilizador, ocorrem sem dúvida alguma em constante ligação com as lutas de diferentes estratos sociais e outros grupamentos. A totalidade da sociedade européia, o substrato do que é, até agora, o último e mais forte surto civilizador, de modo algum pode ser considerada a unidade pacífica que, às vezes, parece ser em edifícios harmonísticos de pensamento. Ela não começou sendo um todo harmonioso, no qual se introduziram conflitos, como que pela má vontade e incompreensão de determinadas pessoas. Em vez disso, tensões e lutas — tanto quanto as dependências mútuas de pessoas — constituíram parte integral da sua estrutura, afetando decisivamente a direção em que ela mudou. Sem dúvida, um movimento civilizador pode assumir grande importância como arma nessas lutas. Isto porque a habitação a um grau mais elevado de previdência e a uma maior contenção de emoções transitórias — para lembrar apenas essas duas facetas — pode conferir a um grupo uma vantagem significativa sobre outro. O mais alto grau de racionalidade e inibição de paixões, porém, pode também, em certas situações, exercer um efeito debilitador e prejudicial. A "civilização" pode ser uma faca de dois gumes. E quaisquer que possam ser seus efeitos em casos particulares, de qualquer modo os arrancos do processo civilizador ocorrem, de modo geral, independentemente de serem agradáveis ou úteis para os grupos envolvidos. Nascem da poderosa dinâmica de atividades coletivas que se entrelaçam, cuja direção geral qualquer grupo isolado dificilmente pode mudar. Não são acessíveis à manipulação consciente ou semiconsciente ou à conversão deliberada em armas na luta social, muito menos, na verdade, do que as idéias, por exemplo. Da mesma forma que ocorre com a estrutura de personalidade característica de um dado estágio do desenvolvimento social, traços específicos da conduta civilizada são simultaneamente um produto e uma alavanca no desenvolvimento do processo social mais amplo, no qual se formam e se transformam classes e interesses distintos. A civilização e, por conseguinte, a racionalização, por exemplo, não

constituem um processo numa esfera isolada só de "idéias" ou "pensamento". Ela não envolve apenas mudanças no "conhecimento", transformações de "ideologias", em suma, alterações no conteúdo da consciência, mas mudanças em toda a constituição humana, na qual as idéias e os hábitos de pensamento são apenas um setor. Estamos interessados aqui em mudanças em toda a personalidade, através de todas suas zonas, da orientação do indivíduo por si mesmo no nível mais flexível da consciência e da reflexão até o nível mais automático e rígido das paixões e sentimentos. Para compreender mudanças desse tipo, o modelo de pensamento trazido à mente por conceitos de "superestrutura" ou "ideologia" não é suficiente.

A idéia de que a "psique" humana consiste em zonas diferentes, que funcionam independentemente umas das outras e podem ser estudadas em separado, enraizou-se há muito tempo e profundamente na consciência humana. É comum, ao se pensar na estrutura mais diferenciada da personalidade, separar um de seus níveis funcionais de outro, como se esse fosse realmente o fator "essencial" à maneira como o homem pauta a conduta em seus contactos com os semelhantes e com a natureza não-humana. Por isso mesmo, as humanidades e a sociologia do conhecimento frisam, acima de tudo, os aspectos do conhecimento e do pensamento. Pensamentos e idéias aparecem nesses estudos como se fossem o aspecto mais importante e poderoso da maneira como os homens dirigem sua vida. Os impulsos inconscientes, todo o campo das pulsões e estruturas dos sentimentos, permanecem mais ou menos na escuridão.

Ora, todas as investigações que consideram apenas a consciência do homem, sua "razão" ou "idéias", ignorando ao mesmo tempo a estrutura das pulsões, a direção e a forma de emoções e impulsos humanos, só podem ter, por princípio, um valor bastante limitado. Uma parte enorme do que é indispensável para compreender o homem escapa desse enfoque. A racionalização da atividade intelectual, bem como de todas as mudanças estruturais nas funções do ego e do superego, de todos esses níveis interdependentes da personalidade do homem, serão muito pouco acessíveis ao pensamento, enquanto as indagações se limitarem a mudanças nos aspectos intelectuais, a mudanças de idéias, e pouca atenção se der ao equilíbrio e padrão mutáveis das relações entre pulsões e sentimentos, por um lado, e o controle dos mesmos, por outro. Uma real compreensão, mesmo de mudanças de idéias e formas de cognição, só será possível se levarmos em conta, também, as mudanças da interdependência humana em conjunto com a estrutura da conduta e, na verdade, todo o tecido da personalidade do homem num dado estágio do desenvolvimento social.

O destaque inverso, com a limitação correspondente, se encontra com grande freqüência na pesquisa psicanalítica moderna. Ela freqüentemente tende, ao estudar seres humanos, a extrair algo "inconsciente", concebido como um "id" sem história, como o dado mais importante em toda a estrutura psicológica. Embora, recentemente, essa imagem possa ter sofrido correções na prática terapêutica, ela ainda não levou a um refinamento teórico dos dados fornecidos pela clínica e à sua transformação em instrumentos conceituais mais adequados. No nível teórico, ainda parece que a direção da vida do indivíduo por impulsos

da libido, inconscientes, possui uma forma e estrutura próprias, independentemente do destino da pessoa, do bom ou mau resultado de seus relacionamentos com os semelhantes durante toda a vida, e sem ligação, também, com o modelo e estrutura de outras funções orientadoras de sua personalidade, consciente e inconsciente. Nenhuma distinção é traçada entre a matéria bruta natural das pulsões, que, na verdade, talvez pouco mude durante toda a história da humanidade, e as estruturas cada vez mais trabalhadas de controle e, por aí, as vias pelas quais as energias elementares, básicas, são canalizadas em cada pessoa, em suas relações com as outras, desde o nascimento. Mas em dimensão alguma, exceto talvez no caso dos loucos, os homens, em seus encontros entre si, descobrem-se face a face com funções psicológicas em seu estado puro, num estado de natureza que não tenha sido modelado pelo aprendizado social, pela experiência da pessoa com outras que satisfazem ou frustram suas necessidades, de acordo com o ambiente social específico. As energias da libido que encontramos em todos os seres humanos já foram socialmente processadas, foram, em outras palavras, transformadas sociogeneticamente em sua função e estrutura e, de maneira alguma, podem ser separadas das correspondentes estruturas do ego e do superego. Os níveis mais animais e automáticos da personalidade do homem não são nem mais nem menos importantes para a compreensão da conduta humana do que seus controles. O que importa, o que determina a conduta, são os equilíbrios e conflitos entre as pulsões maleáveis e os controles construídos sobre as pulsões.

Decisivos para a pessoa, como ela se nos apresenta, não são nem o "id" sozinho nem o "ego" ou o "superego" apenas, mas sempre a *relação* entre esses vários conjuntos de funções psicológicas, parcialmente conflitantes e em parte cooperativos, na maneira como o indivíduo dirige sua conduta. São elas, essas relações dentro do homem entre as paixões e sentimentos controlados e as agências controladoras construídas, cuja estrutura muda no curso de um processo civilizador, de acordo com a estrutura mutável dos relacionamentos entre seres humanos individuais na sociedade em geral, que têm importância. No curso desse processo, para dizer isto em breves palavras e de modo até simplificador, a "consciência" torna-se menos permeável às pulsões e as pulsões menos permeáveis à "consciência". Em sociedades mais simples, impulsos básicos, como quer que sejam transformados, têm acesso mais fácil à reflexão do homem. No curso de um processo civilizador, a compartimentação dessas funções de direção de si mesmo, embora de modo nenhum absoluta, torna-se mais pronunciada.

De acordo com a norma básica sociogenética (ver Volume I, p. 15), podemos observar diretamente, em todas as crianças, processos na mesma direção. Podemos notar que, no curso da história humana e, repetidamente, na de cada processo civilizador distinto, a direção de si mesmo sob a forma de funções do ego e superego, por um lado, e através de pulsões, por outro, vai se diferenciando cada vez mais. Por isso mesmo, apenas com a formação de funções conscientes menos acessíveis às paixões é que o automatismo delas assume aquele caráter específico que hoje diagnosticamos comumente como "a-histórico", como uma peculiaridade do homem através das eras, e que é inteiramente natural e independente da

condição de desenvolvimento de sociedades humanas. Não obstante, a peculiaridade do homem, descoberta por Freud em nossa própria época e conceitualizada por ele como uma rigorosa divisão entre funções mentais inconscientes e conscientes, muito longe de ser parte da natureza imutável do homem, é resultado de um longo processo civilizador, durante o qual se tornou mais dura e impenetrável o muro que separa as pulsões da libido da "consciência", ou "reflexão".

No curso da mesma transformação, as funções mentais conscientes desenvolvem-se no rumo do que é chamado cada vez mais de "racionalização": só com a diferenciação mais nítida e firme da personalidade é que as funções psicológicas dirigidas para fora assumem o caráter de uma consciência que funciona mais racionalmente, menos tísada por impulsos emocionais e fantasias afetivas. Dessa maneira, a forma e a estrutura das funções psicológicas de direção de si mesmo mais conscientes e inconscientes jamais poderão ser compreendidas se forem imaginadas como alguma coisa que exista ou funcione, em qualquer sentido, isoladamente do resto. Ambas são igualmente fundamentais para a existência do ser humano e juntas formam um único grande *continuum* funcional. Só podem ser compreendidas em conexão com a estrutura dos relacionamentos *entre* pessoas e com as mudanças a longo prazo nessa estrutura.

Por conseguinte, a fim de compreender e explicar os processos civilizadores, precisamos investigar — como se tem tentado fazer aqui — a transformação da estrutura da personalidade e toda a estrutura social. Esse trabalho exige, dentro de um raio menor, investigações *psicogenéticas* com o objetivo de apreender todo o campo das energias psicológicas individuais, a estrutura e a forma tanto das funções mais elementares quanto as mais orientadoras da conduta do indivíduo. Num raio mais amplo, o estudo dos processos civilizadores requer

* Compreender esse fato tem importância não só teórica, mas também prática. Podemos constatar, com muita frequência, diferenças na medida em que o pensamento é influenciado pelas pulsões, quando consideramos as relações entre Estados que vivem em diferentes fases do desenvolvimento social. Via de regra, porém, os principais estadistas de sociedades altamente diferenciadas elaboram suas estratégias baseados na suposição de que um mesmo nível de contenção, um mesmo código de conduta, está presente na política externa de todos os países. Sem se compreenderem os diferentes estágios do processo civilizador, contudo, a política internacional necessariamente terá que ser um tanto irrealista. Mas reconheço que não é nada fácil elaborar uma política externa com base no conhecimento dessas diferenças em emotividade. Será necessário um alto grau de experimentação — e de sabedoria — antes que possa ser mantido um diálogo político eficaz e uma cooperação entre sociedades que se encontram em níveis diferentes de desenvolvimento.

O mesmo se aplica aos casos em que, sob tensão, a emotividade e o caráter caprichoso da política externa de um país desenvolvido sobem para um nível mais alto do que o considerado no presente como normal nas relações entre os principais Estados industrializados. Não se pode dizer que esses níveis no grau de afetividade sejam inteiramente dependentes de diferenciais no desenvolvimento econômico ou industrial dos países. Nas estratégias políticas da China, por exemplo, podemos descobrir um nível de autocontenção pelo menos de mesmo grau que o das nações industrializadas mais desenvolvidas. Embora, em termos de desenvolvimento econômico, a China continue atrasada, seu processo de formação do Estado em termos de duração e continuidade ultrapassa o da maioria das sociedades existentes em nosso tempo. (Nota do autor à tradução inglesa.)

uma perspectiva de longo prazo, investigações *sociogenéticas* da estrutura total, não só de um único Estado-sociedade mas do campo social formado por um grupo específico de sociedades interdependentes, e da ordem seqüencial de sua evolução.

Mas, para um estudo adequado de tais processos sociais, é necessária uma correção de hábitos tradicionais de pensamento, semelhante à que antes se revelou necessária para obtermos uma base conveniente para a indagação psicogenética. A fim de entender estruturas e processos sociais, nunca é suficiente estudar um único estrato funcional no campo social. Para serem realmente entendidas, essas estruturas e processos exigem um estudo das *relações entre os diferentes estratos funcionais* que convivem juntos no campo social e que, com a mais rápida ou mais lenta mudança nas relações de poder provocada por uma estrutura específica desse campo, são no curso do tempo reproduzidas sucessivas vezes. Da mesma forma que em todo estudo psicogenético é necessário levar em conta não só as funções "inconscientes" e "conscientes", mas a contínua circulação de impulsos entre umas e outras, igualmente é importante, em todos os estudos sociogenéticos, levar em conta desde o princípio toda a *configuração* do campo social, que é mais ou menos diferenciado e carregado de tensões. E só é possível fazer isso porque o tecido social e sua mudança histórica não são caóticos, mas possuem, mesmo numa fase de agitação e desordem, um claro padrão e estrutura. Investigar a totalidade do campo social não significa analisar cada um de seus processos individuais. Implica, acima de tudo, descobrir as estruturas básicas, que dão a todos os processos individuais agindo nesse campo sua direção e marca específica. Envolve perguntar em que direção os eixos de tensão, as cadeias de funções e instituições da sociedade no século XV diferem daquelas dos séculos XVI ou XVII, e por que as primeiras mudaram na direção das últimas. A fim de responder a essas perguntas, evidentemente é necessário dispor de uma riqueza de fatos específicos. Mas, passado um certo ponto na acumulação de fatos materiais, a historiografia entra na fase em que não deve satisfazer-se com a coleta de mais fatos particulares e com a descrição dos já reunidos, mas precisa interessar-se pelos problemas que facilitem a penetração nas regularidades subjacentes, através das quais as pessoas em certas sociedades são obrigadas a reproduzir uma vez após outra determinados padrões de conduta e cadeias funcionais específicas, como, por exemplo, cavaleiros e servos da gleba, reis e funcionários do Estado, burgueses e nobres, e através das quais essas relações e instituições mudam numa direção muito específica. Além de certo ponto de conhecimento factual, um contexto mais sólido, um nexo estrutural, podem ser percebidos em grande número de fatos históricos específicos. Todos os demais fatos que talvez venham a ser descobertos poderão — à parte o enriquecimento do panorama histórico que, quem sabe, nos ofereçam — servir ou para revisar as introvisões já obtidas dessas estruturas ou para ampliá-las e aprofundá-las. A afirmação de que todo estudo sociogenético deve voltar-se para a *totalidade* do campo social não significa que deva dirigir-se para a soma de todos os fatos específicos, mas para sua estrutura, na inteireza de suas interdependências. Em última instância, as fronteiras de tal estudo são determinadas pelas fronteiras da interdependência, ou pelo menos pela articulação imanente das mesmas.

É a essa luz que se deve compreender o que dissemos acima sobre a racionalização. A gradual transição para uma conduta e pensamento mais "racionais", para um tipo de autocontrole mais diferenciado, mais abrangente, hoje se costuma associar apenas às funções burguesas. Frequentemente, encontramos impregnada na mente de nossos contemporâneos a idéia de que a burguesia foi a "originadora" ou a "inventora" do pensamento mais racional. Nestas páginas, para fins de contraste, descrevemos certos processos de racionalização observados no campo aristocrático. Mas não devemos deduzir disso que a aristocracia cortesã tenha sido a "originadora" social desse surto de racionalização. Da mesma maneira que, na era da industrialização, nem a aristocracia de corte nem a burguesia tiveram "originadores" em qualquer outra classe social, essa racionalização igualmente careceu de um originador. A própria transformação de toda a estrutura social, no curso da qual surgiram essas configurações de burgueses e nobres, é, considerada de um certo aspecto, uma racionalização. O que se torna mais racional não são apenas o que os homens produzem, nem meramente os sistemas de pensamento postos em livros. O mais importante a racionalizar-se foram os modos de conduta de certos grupos de pessoas. A "racionalização" não passa — pensemos, por exemplo, na transformação de guerreiros em cortesãos — de uma manifestação do rumo em que a modelação de pessoas em configurações sociais específicas mudou neste período. Mudanças desse tipo, porém, não se "originam" numa classe ou outra, mas surgem, sim, em conjunto com as tensões *entre* diferentes grupos funcionais no campo social e *entre* as pessoas que competem dentro deles. Sob a pressão de tensões desse tipo, que saturam todo o tecido da sociedade, toda a estrutura desta última muda, numa fase dada, na direção de uma crescente centralização de domínios específicos, de uma maior especialização, e de uma integração mais estreita dos indivíduos isolados no seu interior. Com essa transformação de todo o campo social, a estrutura das funções sociais e psicológicas muda também — inicialmente em setores pequenos e, mais tarde, cada vez maiores — no rumo da racionalização.

A lenta desfuncionalização do primeiro estado e a correspondente diminuição de seu potencial de poder, a pacificação do segundo e a gradual ascensão do terceiro, nenhum desses fenômenos pode ser compreendido independentemente dos outros, não mais, por exemplo, que o desenvolvimento do comércio nesse período pode ser compreendido independentemente da formação de poderosos monopólios de força física e da consolidação de poderosas cortes. Todos eles são alavancas no processo abrangente de crescente diferenciação e ampliação de todas as cadeias de ação, que desempenhou papel tão decisivo em todo o curso da história ocidental. Nesse processo — como se mostrou à vista de aspectos específicos —, as funções da nobreza foram transformadas e, com elas, as funções da burguesia e a forma dos órgãos centrais. Lado a lado com essa mudança gradual na totalidade das funções e instituições sociais ocorreu uma transformação da auto-orientação individual — inicialmente nos principais grupos da nobreza e da burguesia — na direção de um maior espírito de previsão e de uma regulação mais estrita dos impulsos da libido.

Estudando as descrições tradicionais do desenvolvimento intelectual do Ocidente, frequentemente formamos a idéia de que seus autores pressupõem —

vagamente — que a racionalização da consciência, a mudança de pensamento das formas mágicas tradicionais para as racionais, tiveram sua causa no surgimento de um certo número de gênios e de homens notáveis. Esses indivíduos iluminados, parecem sugerir essas análises, ensinaram ao ocidental como fazer um uso correto de sua razão inata.

Nestas páginas, delineamos um quadro diferente. Foi realmente considerável o que realizaram os grandes pensadores do Ocidente. Eles deram expressão e exemplo àquilo que seus contemporâneos experimentavam em seus atos diários, sem serem capazes de traduzi-lo claramente em pensamento. Tentaram organizar as formas mais orientadas para a realidade, ou, em sua própria linguagem, mais racionais de pensamento, que se haviam desenvolvido gradualmente com as mudanças globais na estrutura da interdependência social, e utilizá-las para esclarecer os problemas da existência humana. Deram a outras pessoas um entendimento mais claro do mundo e de si mesmas. Dessa maneira, atuaram também como alavancas na máquina mais ampla da sociedade. Foram em maior ou menor grau, dependendo de seus talentos e situação pessoal, intérpretes e porta-vozes de um coro social. Mas não foram, sozinhos, os originadores do tipo de pensamento que prevalecia na sociedade de seu tempo. Nem criaram o que chamamos de "pensamento racional."

Essa expressão é evidentemente estática demais e insuficientemente diferenciada para aquilo que tenciona transmitir. Estática demais, porque a estrutura das funções psicológicas muda no mesmo ritmo que a das funções sociais. Insuficientemente diferenciada, porque o padrão de racionalização, a estrutura dos hábitos mais racionais de pensamento, foi e é muito diferente em diferentes classes sociais — como, por exemplo, na nobreza de corte ou nos principais estratos burgueses —, de conformidade com suas diferentes funções sociais e sua situação histórica global. E, finalmente, o mesmo se aplica à racionalização, conforme dito acima, das mudanças de consciência em geral: nela só se manifesta um *único* lado de uma mudança mais abrangente em toda a personalidade social. E ela é acompanhada por uma transformação correspondente das estruturas pulsionais. É, em suma, uma *única* manifestação de civilização, entre outras.

* A declinante supremacia da Igreja, o equilíbrio de poder entre os governantes religiosos e seculares — entre sacerdotes e guerreiros — pendendo em favor destes últimos abriu caminho para o que foi a condição *sine qua non* da secularização do pensamento, sem a qual não poderia ter surgido aquilo que temos em mente quando falamos em "racionalização". A emergência não só de um, mas de um grupo inteiro de grandes Estados territoriais altamente organizados e competitivos, governados por príncipes seculares, que constituiu uma das características mais marcantes do desenvolvimento europeu, foi um de seus fatores e, outro, o crescimento de grandes mercados urbanos, de um comércio a longa distância e a formação do capital indispensável para tanto. Um complexo inteiro de alavancas sociais — alavancas de "racionalização" — atuou na direção do fortalecimento de modos menos afetivos, menos orientados para a fantasia, de pensamento e experiência. Os grandes pioneiros intelectuais e, acima de tudo, os pioneiros filosóficos do pensamento racional, trabalharam de dentro de um poderoso processo de mudança social que lhes deu direção, embora também tenham sido alavancas ativas nesse movimento, e não apenas seus objetos passivos. Na verdade, temos que levar em consideração toda a confluência de processos básicos que constituíram o núcleo do desenvolvimento global da sociedade — processos básicos como o de formação a longo prazo do Estado, de formação de capital, de diferenciação e integração, de orientação, civilização, e outros (Nota do autor à tradução inglesa.)

VI

Vergonha e Repugnância

Não menos característico de um processo civilizador que a “racionalização” é a peculiar modelação da economia das pulsões que conhecemos pelos nomes de “vergonha” e “repugnância” ou “embaraço”. O forte arranco da racionalização e o não menos (durante algum tempo) forte avanço do patamar da vergonha e repugnância que se tornou, em termos gerais, cada vez mais perceptível na constituição do homem ocidental a partir do século XVI, foram dois lados de uma mesma transformação na estrutura da personalidade social. O sentimento de vergonha é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. Considerado superficialmente, é um medo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas. Mas é uma forma de desagrado ou medo que surge caracteristicamente nas ocasiões em que a pessoa que receia cair em uma situação de inferioridade não pode evitar esse perigo nem por meios físicos diretos nem por qualquer forma de ataque. Essa impotência ante a superioridade dos outros, essa total fragilidade diante deles, não surgem diretamente da ameaça de superioridade física que os demais realmente representem — embora, sem dúvida, tenha suas origens numa compulsão física, na inferioridade corporal da criança frente aos pais ou mestres. Nos adultos, porém, a impotência resulta do fato de que as pessoas cuja superioridade se teme estão de acordo com o próprio superego da pessoa, com a agência de autolimitação implantada no indivíduo por outros de quem ele foi dependente, que exerciam poder e possuíam superioridade sobre ele. De conformidade com isso, a ansiedade que denominamos de “vergonha” é profundamente velada à vista dos outros. Por forte que seja, nunca é expressada em gestos violentos. A vergonha tira sua coloração específica do fato de que a pessoa que a sente fez ou está prestes a fazer alguma coisa que a faz entrar em choque com pessoas a quem está ligada de uma forma ou de outra, e consigo mesma, com o setor de sua consciência mediante o qual controla a si mesma. O conflito expressado no par vergonha-medo não é apenas um choque do indivíduo com a opinião social prevalecente: seu próprio comportamento colocou-o em conflito com a parte de si mesmo que representa essa opinião. É um conflito dentro de sua própria personalidade. Ele mesmo se reconhece como inferior. Teme perder o amor e respeito dos demais, a quem atribui ou atribuiu valor. A atitude dessas pessoas precipitou nele uma atitude dentro de si que ele automaticamente adota em relação a si mesmo. E é isso o que o torna tão impotente diante de gestos de superioridade de outras pessoas que, de alguma maneira, deflagram nele esse automatismo.

Isso também explica por que o medo de transgredir as proibições sociais assume mais claramente o caráter de vergonha quanto mais perfeitamente as restrições externas foram transformadas, pela estrutura da sociedade, em auto-restrições, e quanto mais abrangente e diferenciado se tornou o círculo de

auto-restrições onde se manifesta a conduta da pessoa. A tensão interna, a agitação que surge em todos os casos em que a pessoa se sente compelida a escapar desse espaço fechado, ou quando já fez isso, varia em força de acordo com a gravidade da proibição social e o grau de autocontrole. Na vida comum, chamamos essa agitação de vergonha apenas em certos contextos e, acima de tudo, quando ela se reveste de um certo grau de força, embora, em termos de sua estrutura, seja sempre, a despeito de suas muitas nuances e graus, o mesmo evento. Tal como todas as auto-restrições, encontra-se em forma menos regular, menos uniforme e menos geral em níveis mais simples de desenvolvimento social. Tal como essas restrições, as tensões e medos desse tipo emergem mais claramente a cada arranco do processo civilizador e, finalmente, predominam sobre outras tensões e medos — principalmente, sobre o medo físico a outras pessoas. Dominam mais na medida em que são pacificadas áreas maiores e aumenta a importância, na modelação da pessoa, das limitações mais comuns que sobem a primeiro plano na sociedade quando os representantes do monopólio da força física passam a exercer regularmente seu controle como se estivessem nos bastidores — na medida, numa palavra, em que progride a civilização da conduta. Da mesma maneira que só podemos falar em “razão” conjugando-a com progressos na racionalização e na formação de funções que exigem espírito de previsão e moderação, só podemos falar em vergonha conjugando-a com sua sociogênese, com os arrancos nos quais avança o patamar da vergonha, ou pelo menos ele se move, e a estrutura e o padrão de autolimitações mudam em determinada direção, reproduzindo-se daí em diante da mesma forma num período de tempo maior ou menor. A racionalização e o avanço dos patamares da vergonha e da repugnância expressam uma diminuição do medo físico direto a outras pessoas e uma consolidação das ansiedades interiores automatizadas, das compulsões que o indivíduo agora exerce sobre si mesmo. Em ambas, são igualmente manifestadas a capacidade de previsão maior e mais diferenciada e a visão a longo prazo que se tornam necessárias a fim de que grupos de pessoas cada vez maiores possam preservar sua existência social numa sociedade crescentemente diferenciada. Não é difícil explicar como se ligam essas mudanças psicológicas aparentemente tão diferentes. Ambas, tanto a intensificação da vergonha como o aumento da racionalização, constituem distintos aspectos da crescente cisão que ocorre na personalidade do indivíduo com o aumento da divisão de funções, distintos aspectos da diferenciação sempre maior entre pulsões e controle de pulsões, entre as funções do “id”, “ego” ou “superego”. Quanto mais avança essa diferenciação na auto-orientação do indivíduo, mais claramente assume uma função dupla aquele setor das funções controladoras que, em sentido amplo, é chamado de “ego” e, em sentido mais estreito, “superego”. Por um lado, esse setor forma o centro a partir do qual a pessoa regula suas relações com outros seres, vivos ou não, e, por outro, forma o centro a partir do qual ela, em parte conscientemente e até certo ponto automática e inconscientemente, controla sua “vida interior”, seus próprios sentimentos e impulsos. A camada de funções psicológicas que, no curso da transformação social que acima descrevemos, gradualmente se diferencia das pulsões, as funções do ego ou superego, têm, em outras palavras, uma dupla

tarefa a cumprir na personalidade do indivíduo: implementam ao mesmo tempo uma política interna e uma política externa — as quais, além de tudo, nem sempre estão em harmonia e freqüentemente se chocam. Isso explica o fato de que, no mesmo período sócio-histórico no qual a racionalização faz visíveis progressos, também se observa um avanço no patamar da vergonha e repugnância. E também que, neste particular, como sempre — de acordo com a regra sociogenética básica — um processo correspondente possa ser observado mesmo hoje na vida de cada criança: a racionalização da conduta é uma expressão da política externa da mesma formação de superego cuja política interna se expressa no avanço do patamar da vergonha.

A partir deste ponto, muitas e grandes cadeias de pensamento se ramificam em diferentes direções. Resta demonstrar como esse aumento de diferenciação na personalidade se manifesta na transformação de determinadas pulsões. Acima de tudo, precisa ser demonstrado como leva a uma transformação dos impulsos sexuais e ao aumento dos sentimentos de vergonha nas relações entre os dois sexos.* Terá que ser suficiente indicar aqui algumas das principais ligações entre os processos sociais descritos acima e esse avanço da fronteira da vergonha e da repugnância.

Mesmo na história mais recente do Ocidente, os sentimentos de vergonha não foram sempre instilados da mesma maneira na personalidade. Para mencionar

* Este problema particular, importante como seja, terá que ser deixado de lado, por ora. Sua elucidação exige uma descrição e análise exatas das mudanças que a estrutura da família e todo o relacionamento entre os sexos sofreram no curso da história do Ocidente. Exige, além do mais, um estudo das mudanças na educação de crianças e desenvolvimento de adolescentes. O material coletado para esclarecer esse aspecto do processo civilizador, e as análises que tornou possível, foram volumosos demais e ameaçaram deslocar a linha de indagação principal deste estudo. Mas encontrarão seu lugar em outro volume.

O mesmo se aplica à linha de classe média do processo civilizador, com as mudanças que gerou nas classes burguesas urbanas e na aristocracia não-cortesã senhora das terras. Muito embora, também nessas classes, tal transformação da conduta e da estrutura das funções psicológicas esteja ligada a uma reestruturação histórica específica de *tudo* o tecido social do Ocidente, ainda assim — conforme já mencionamos várias vezes —, a linha de classe média não-cortesã de civilização segue um padrão diferente da linha cortesã. Acima de tudo, o tratamento da sexualidade na primeira não é o mesmo que na última — em parte devido a uma estrutura familiar diferente e até certo ponto por causa do tipo diferente de espírito de previsão que as funções profissionais de classe média exigem. Algo parecido surge se investigamos a transformação civilizadora da religião no Ocidente. A mudança nos sentimentos religiosos, à qual a sociologia dedicou até agora a sua maior atenção, — o aumento da interiorização e racionalização manifestado nos vários movimentos puritanos e protestantes, — obviamente esteve ligada a certas mudanças na situação e estrutura da classe média. A mudança correspondente no Catolicismo, como se vê, por exemplo, na forma pela qual os jesuítas adquiriram sua posição de poder, parece ter ocorrido em contacto mais estreito com os órgãos centrais absolutistas, de uma maneira favorecida pela estrutura hierárquica e centralizadora da Igreja Católica. Esses problemas, igualmente, só serão resolvidos quando tivermos um quadro geral mais preciso do entrelaçamento dessas duas linhas de civilização, a não-cortesã e de classe média e a cortesã, deixando de lado por ora o movimento civilizador nos estratos operário e camponês, que emergiu mais lentamente e muito mais tarde. (Nota do autor à tradução inglesa.)

apenas uma diferença, não foi da mesma maneira que foram inculcados na sociedade hierárquica constituída de estados e na ordem industrializada burguesa que a substituiu.

Os exemplos citados antes, e acima de tudo os que mostram diferenças no desenvolvimento do sentimento de vergonha no tocante à exposição de certas partes do corpo,¹⁴⁸ dão-nos certa idéia dessas mudanças. Na sociedade de corte, a vergonha com a exposição de certas partes era, em conformidade com a estrutura dessa sociedade, ainda largamente restrita dentro de limites do estado ou hierárquicos. A exposição do corpo na presença de inferiores, como, por exemplo, do rei na frente de um ministro, ainda não estava sujeita a uma proibição social muito rigorosa, nem, numa fase anterior, a exposição do homem diante de uma mulher socialmente mais fraca e de classe inferior. Dada essa mínima dependência funcional face a pessoas de categoria mais baixa, a exposição ainda não despertava sentimentos de inferioridade ou vergonha, e podia até ser considerada, como declara Della Casa, como um sinal de benevolência para com o inferior. A exposição por alguém de categoria inferior diante de um superior, por outro lado, ou mesmo diante de pessoas de igual categoria, foi sendo banida da vida social, como um sinal de falta de respeito. Profligada como transgressão, passou a provocar medo. Só quando os muros entre os estados ruíram, quando a dependência funcional de todos face a todos aumentou e todos os membros da sociedade se tornaram vários graus mais iguais, é que essa exposição, excetuados certos enclaves mais estreitos, passou a ser uma transgressão na presença de qualquer outra pessoa. Só então esse comportamento ficou tão profundamente associado ao medo no indivíduo, desde uma tenra idade, que o caráter social da proibição desapareceu inteiramente de sua consciência, surgindo a vergonha como um comando partido de dentro de si mesmo.

E o mesmo se aplica no tocante ao embaraço, que é contrapartida inseparável da vergonha. Da mesma maneira que esta última surge quando alguém infringe proibições de seu próprio ser e da sociedade, a primeira ocorre quando alguma coisa fora do indivíduo invade sua zona de perigo, constituída de formas de comportamento, objetos, inclinações, que foram previamente investidos de medo pelo ambiente, até que esse medo — sob a forma de reflexo condicionado — se reproduz automaticamente em certas ocasiões. O embaraço é o desgosto ou a ansiedade que surgem quando outra pessoa ameaça ignorar, ou ignora, proibições da sociedade representadas pelo próprio superego da pessoa. E esses sentimentos, também, tornam-se cada vez mais diversificados e abrangentes quanto mais extensa e sutilmente diferenciada for a zona de perigo pela qual a conduta do indivíduo é regulada e moldada, e mais avançar a civilização da conduta.

Mostramos já, através de uma série de exemplos, que, a partir do século XVI, a fronteira da vergonha e do embaraço começou a estender-se mais rapidamente. Neste caso, também, as cadeias de pensamento começaram lentamente a confluir. O avanço coincidiu com a acelerada transformação da classe alta em classe de cortesãos. Foi a época em que as cadeias de dependência que se cruzavam no indivíduo se tornaram mais densas e longas, em que as pessoas foram se ligando cada vez mais umas às outras e aumentou a compulsão para o autocontrole. Com

a dependência mútua, as pessoas passaram a se observar mais, as sensibilidades e as proibições tornaram-se mais diferenciadas e, igualmente, tornaram-se mais sutis e diversificadas as razões para a vergonha e o embaraço provocadas pela conduta de outras pessoas.

Observamos anteriormente que, com o aumento da divisão de funções e a maior integração das pessoas, diminuíram os grandes contrastes entre as diferentes classes e países, enquanto se multiplicavam as nuances, as variedades, de sua modelação no contexto da civilização. Neste particular, encontramos uma tendência análoga no desenvolvimento da conduta e dos sentimentos do indivíduo. À medida que se abrandavam os contrastes na conduta individual, e que as flutuações mais violentas do prazer ou desagrado eram contidas, moderadas e mudadas pelo autocontrole, aumentavam a sensibilidade e as gradações ou nuances da conduta, mais finamente se sintonizavam as pessoas a cada pequeno gesto e forma, e mais complexa se tornava sua experiência de si mesmas e do mundo em que viviam em níveis que antes haviam sido ocultados da consciência pelo véu de emoções fortes.

Esclarecendo este ponto com um exemplo óbvio: os povos "primitivos" sentem os acontecimentos humanos e naturais — dentro do círculo relativamente estreito que para eles se reveste da importância vital (estreito, porque suas cadeias de dependência são relativamente curtas) — de uma maneira que, sob alguns aspectos, é muito mais diferenciada do que a de "povos" civilizados. A diferenciação varia, dependendo de estarmos lidando com agricultores, caçadores ou pastores, por exemplo. Mas como quer que seja, podemos dizer, em termos gerais, que, na medida em que é de vital importância para o grupo, a capacidade dos primitivos para distinguir as coisas na floresta e no campo, seja uma árvore, sons, cheiros ou movimentos, é mais desenvolvida do que nos "civilizados". Mas, entre os mais primitivos, a esfera natural é ainda uma zona de perigo, repleta de medos que os mais civilizados já não sentem. Isso tem uma importância decisiva para o que deixa ou não de ser percebido. A maneira como se sentia a "natureza" foi afetada de modo fundamental, ainda devagar nos fins da Idade Média e cada vez mais depressa a partir do século XVI, pela crescente pacificação das áreas habitadas. Só então as florestas, campinas e montanhas foram deixando de ser zonas altamente perigosas, onde a ansiedade e o medo estavam constantemente presentes na vida do indivíduo. Ao se adensarem a rede de estradas, bem como a interdependência social em geral, os barões salteadores e os animais de presa vão desaparecendo; as florestas e o campo deixam de ser o cenário de paixões desenfreadas, de perseguição selvagem entre homem e animal, de alegrias e medo alucinantes; moldando-se pelo entrelaçamento de atividades pacíficas — como a produção de bens, o comércio e o transporte —, a homens pacificados aparece uma natureza igualmente apaziguada, que eles podem enxergar de uma nova maneira. Ela se torna — dada a crescente importância que o olho adquire como mediador do prazer, ante a gradativa moderação das emoções —, em alto grau, objeto de prazer visual. Além disso, as pessoas — mais exatamente, os cidadãos, para quem a floresta e o campo não são o ambiente da vida diária, mas locais de relaxamento — tornam-se mais sensíveis e começam a ver o campo

aberto de forma mais diferenciada, num nível que antes lhes era vedado pelo perigo e pelo entrelaçamento de paixões imoderadas. Sentem prazer na harmonia de cores e linhas, tornam-se sensíveis à beleza da natureza, têm os sentimentos afetados pelos matizes e formas mutáveis das nuvens e o jogo de luzes nas folhas de uma árvore.

Na esteira da pacificação, mudou também a sensibilidade das pessoas à conduta social. Os medos interiores crescem na mesma medida que diminuem os exteriores — os medos de um setor da personalidade no lugar dos de outro. Como resultado dessas tensões internas, as pessoas começaram a sentir experiências umas das outras que haviam sido vedadas enquanto enfrentavam constantemente sérias e inescapáveis ameaças de origem externa. Assim, grande parte das tensões que antes se liberavam diretamente no combate de um homem com outro tinham que se resolver, convertidas em tensão interior, na luta do indivíduo consigo mesmo. A vida social deixou de ser uma zona de perigo — na qual os regabofes, as danças e os prazeres ruidosos, súbita e freqüentemente, se transformavam em fúria, pancadaria e assassinato — e tornou-se um tipo diferente de zona de perigo, se o indivíduo não conseguia conter-se o suficiente, se tocava pontos sensíveis, tais como sua própria fronteira de vergonha ou o patamar de embaraço de outrem. Em certo sentido, a zona de perigo agora passava dentro do *self* de cada indivíduo. Por isso mesmo, as pessoas ficaram sensíveis a distinções que antes mal penetravam na consciência. Da mesma maneira que a natureza passara a ser, mais do que antes, uma fonte de prazer mediada pelo olho, as pessoas tornaram-se fonte de prazer visual, ou de um desagrado visualmente despertado. O medo direto inspirado no homem pelo homem diminuiu, e o medo interno mediado pelo olho e pelo superego crescia na mesma medida.

Ao tempo em que o emprego de armas em combate era uma experiência da vida diária, o pequeno gesto de passar a alguém uma faca na mesa (para ficar com apenas um dos exemplos que já mencionamos) não tinha maior importância. Restringindo-se cada vez mais o uso delas, à medida que as pressões externas e internas tornavam as manifestações de raiva através do ataque físico cada vez mais difíceis, as pessoas gradualmente adquiriram maior sensibilidade a tudo o que lembrasse um ataque. O simples gesto de ataque tocava a zona de perigo: tornou-se constrangedor alguém passar uma faca a outra pessoa com a ponta virada para ela.¹⁴⁹ A partir do pequeno círculo altamente sensível da alta sociedade de corte, para o qual essa sensibilidade também se revestia de um valor de prestígio, e exatamente por essa razão constituía um meio de distinguir-se cultivado, essa proibição gradualmente se disseminou por toda a sociedade civilizada. Dessa maneira, associações agressivas, impregnadas por outras originárias da camada de impulsos elementares, combinaram-se, para despertar a ansiedade, com tensões despertadas pelo *status*.

A maneira como o uso da faca depois se restringiu gradualmente, como zona de perigo, por um muro de proibições, já foi mostrada com vários exemplos. Constitui questão aberta até que ponto, na aristocracia de corte, a renúncia à violência física continuou se devendo a uma compulsão externa, e em que medida já se convertera em limitação interna. A despeito de todas as restrições, o uso

da faca de mesa, como o da adaga, ainda era muito comum. Da mesma maneira que a caça e a morte de animais ainda constituíam um divertimento permitido e comum para os senhores da terra, o trinchamento de animais mortos à mesa continuava dentro da zona das coisas autorizadas e não causava repugnância. Depois, com a lenta ascensão das classes burguesas, para as quais pela própria natureza de suas funções sociais, a pacificação e a geração de limitações internas eram muito mais complexas e compulsórias, o trinchamento de animais foi sendo repellido das cenas da vida social (ainda que em certos países, especialmente na Inglaterra, como acontece com tanta freqüência, alguns dos costumes antigos sobrevivam incorporados aos novos) e o uso da faca, na verdade o simples fato de segurá-la, passou a ser evitado em todos os casos em que não fosse inteiramente indispensável. Crescia a sensibilidade nessa direção.

O exemplo acima é apenas um dentre os muitos aspectos específicos da transformação estrutural da sociedade que denotamos pela deusa palavra "civilização". Em parte alguma da sociedade humana há um ponto zero de medo de potências externas ou de ansiedades internas automatizadas. Embora estes dois medos possam ser sentidos como muito diferentes, são, no fim, inseparáveis. O que acontece no curso do processo civilizador não é o desaparecimento de um e o aparecimento de outro. O que muda é simplesmente a proporção entre os medos de origem externa e os que são gerados dentro da pessoa, e a estrutura que os articula. O temor de potências externas diminui, sem jamais desaparecer. As ansiedades jamais ausentes, latentes ou reais, provocadas pela tensão entre paixões e funções de controle das paixões, tornam-se relativamente mais fortes, gerais e contínuas. A documentação sobre o avanço das fronteiras da vergonha e do embaraço encontrada no primeiro volume deste estudo consiste, na verdade, apenas de exemplos claros e simples da direção e estrutura de uma mudança na personalidade humana que também poderia ser demonstrada no tocante a muitos outros aspectos. Uma estrutura muito semelhante, por exemplo, é exibida pela transição da formação do superego católico medieval para o protestante. Esse fato, também, mostra uma forte mudança no rumo da internalização dos medos. Em tudo isso, uma coisa certamente não se deve ignorar: o fato de que hoje, como antigamente, todas as formas de ansiedades internas no adulto estão vinculadas ao medo que a criança sentia de outras pessoas, de potências externas.

VII

Restrições Crescentes à Classe Alta: Pressões Crescentes a Partir de Baixo

Observamos antes que, em certas representações gráficas¹⁵⁰ atribuídas à classe alta cavaleirosa cortesã dos fins da Idade Média, a retratação de indivíduos da classe inferior e de seus gestos ainda não se considerava algo especialmente

repugnante, ao passo que a seleção mais rigorosa correspondente à estrutura de repugnância da classe alta da corte absolutista só permitia que se expressassem na arte gestos nobres, calmos, refinados, enquanto tudo o mais que lembrasse as classes inferiores, tudo de caráter vulgar, era mantido à distância.

Esse asco do vulgar, essa crescente sensibilidade a tudo o que correspondesse ao menor refinamento das classes mais baixas saturava todas as esferas da conduta social na classe alta de corte. Mostramos com detalhes¹⁵¹ como isso se manifestava, por exemplo, na maneira como a corte modelava a fala. Ninguém dizia, explicava uma dama da corte, "un mien ami" ou "le pauvre deffunct":* isso "cheirava a burguesia". E se o burguês protestava, se respondia que, afinal de contas, muitas pessoas da boa sociedade usavam essas expressões, podia ouvir o seguinte: "É bem possível que haja certo número de pessoas decentes que não possuem suficiente capacidade de apreciação para a delicadeza de nossa língua. Essa 'delicadeza'... é confiada apenas a uns poucos".

Essas palavras são categóricas, como aliás as próprias exigências dessa sensibilidade. As pessoas que escolhem, dessa maneira, o modo de falar, não podem nem sequer tentar justificar por que, num dado caso, esta forma de palavra é agradável e aquela é desagradável. Sua sensibilidade específica está profundamente ligada à regulação e transformação mais intensas dos impulsos da libido, impostas a elas por sua situação social específica. A certeza com que podem dizer "Esta combinação de palavras parece boa, essas cores foram mal escolhidas", a segurança de seu bom gosto, enfim, têm origem mais numa instância de auto-regulação que opera mais ou menos inconscientemente do que numa reflexão consciente. Mas aqui também é claro que foram primeiro os pequenos círculos da sociedade de corte os que escutaram com uma nova sensibilidade as nuances de ritmo, tom e significação da palavra falada e escrita, e que essa sensibilidade, esse "bom gosto", tinham também valor de prestígio para esses círculos. Tudo o que fere seu patamar de embaraço cheira a burguesia, é socialmente inferior e, da mesma forma, tudo o que é burguês afeta seu patamar de embaraço. É a necessidade de distinguir-se de tudo que é burguês que aguça essa sensibilidade. É a estrutura específica da vida na corte — segundo a qual não é a competência profissional, nem mesmo a posse de dinheiro, mas a conduta social polida, que constitui o principal instrumento na competição por prestígio e favor — que fornece ocasião para o refinamento do gosto.

No curso deste estudo, indicamos, através de certo número de exemplos, que, a partir do século XVI, o padrão de conduta social foi colhido por um movimento mais rápido, assim permanecendo nos séculos XVII e XVIII, e que, no correr dos séculos XVIII e XIX, ele se difundiu, transformado em alguns aspectos, por toda a sociedade do Ocidente. Esse aumento das restrições e das transformações da libido começou com a conversão da nobreza cavaleirosa em nobreza de corte. Manteve estreita relação com a mudança, já discutida, nas relações entre a classe alta e outros grupos funcionais. A sociedade marcial cortês não passou nem

* Literalmente, "um amigo meu" ou "o pobre defunto". (RJR)